

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 25 de junho de 2026

Ata n.º 10

No dia vinte e cinco de junho e dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas e cinquenta e dois minutos, no Parque Mário Bento em Poceirão, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO 1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO 2 – Contas Consolidadas 2025

PONTO 3 – Procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia do 2º grau - designação de elementos a integrar o respetivo júri

PONTO 4 – Nomeação do Conselho Municipal de Educação de Palmela - quadriénio 2025-2029

PONTO 5 – Regimento da Assembleia Municipal de Palmela – Mandato 2025-2029

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. João Pedro Marçal Fialho Perdigão Leitão, pelo Primeira Secretário Sr. Diamantino de Sousa Pereira e Segunda-Secretária, Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho.

Efetuada a chamada:

Por parte do Partido Chega (CH):

- Sr. Jorge Manuel Abel Faria;
- Sr. João José Correia Mascarenhas de Lemos;
- Sra. Carla Sofia Ramos Inácio;
- Sr. Eurico Luis Borges Paulo;
- Sr. Jorge Manuel Ribeiro Martins;
- Sra. Pandora Natacha Correia de Brito Salvado;
- Sra. Nicole Pinto Serafim;
- Sr. André Miguel Félix Mamede;
- Sr. Nuno Alexandre Milheiras Carvalho;
- Sr. Bernardo Burmester Cabral de Noronha e Meneses.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. João Pedro Marçal Fialho Perdigão Leitão;
- Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix;
- Sr. Álvaro Leonel Passos Rebelo;
- Sra. Dulce Isabel Romão Félix do Nascimento
- Sr. Diamantino de Sousa Pereira;
- Sra. Diana Braga Neves do Nascimento;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. João Alberto Castro Rodrigues;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares;

- Sr. João Miguel Estróia Vieira.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Zoraima Arminda Clemente Cruz Prado;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Mário José Alves de Sousa Brinca;
- Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho;
- Sr. António José de Sousa Nunes da Costa.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD_CDS-PP):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Yolanda Jacira Lourenço da Silva;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques;
- Sra. Natália de Jesus Campos Moreira Alves.

Verificou-se as seguintes ausências:

Por parte do Partido Chega (CH):

- Sr. Eurico Luis Borges Paulo;
- Sra. Nicole Pinto Serafim.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix;
- Sra. Diana Braga Neves do Nascimento.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Zoraima Arminda Clemente Cruz Prado.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sra. Presidente Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Vereador Afonso Jorge da Silva Brandão;
- Sr. Vereador José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Vereador Roberto José Lopes Cortegano;
- Sr. Vereador José Paulo Barão Garcia;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes;
- Sra. Vereadora Maria Joaquim Bonacho Antunes.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. Eurico Luis Borges Paulo do CHEGA**, justificou ausência à sessão, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Noémia Maria Angerinho de Carvalho** que se encontra presente.
- **Sra. Nicole Pinto Serafim do CHEGA**, justificou ausência à sessão, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Daniel José Marujo Vicente** que se encontra presente.
- **Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix do PS**, justificou ausência à sessão, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Florbela da Conceição Rita Guarda Garcia** que se encontra presente.
- **Sra. Diana Braga Neves do Nascimento do PS**, justificou ausência à sessão, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos André Caetano da Silva** que se encontra presente.
- **Sra. Zoraima Arminda Clemente Cruz Prado da CDU**, justificou ausência à sessão, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Monica Alexandra Pereira da Costa** que se encontra presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, **a Sra. Noémia Maria Angerinho de Carvalho e o Sr. Daniel José Marujo Vicente do CHEGA, a Sra. Sra. Florbela da Conceição Rita Guarda Garcia e o Sr. Carlos André Caetano da Silva do PS, a Sra. Mónica Alexandra Pereira da Costa da CDU**, após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apenas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O **Sr. Presidente da Mesa**:

Começar por cumprimentar todos os fregueses, todos os munícipes que hoje presencialmente nos brindam com a sua presença e participação. Também dar um cumprimento especial a quem nos assiste em casa, a todos os membros da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara e restantes Vereadores, membros desta mesa, também aos técnicos que hoje aqui nos acompanham e que nos garantem o funcionamento desta Assembleia.

Apenas dar nota antes de iniciarmos que os serviços por motivos alheios, a internet pode ter algum problema e a transmissão online ser interrompida, não obstante amanhã aquilo que os serviços me disseram se isso acontecesse, não se preocupem porque o vídeo será gravado e, portanto, será depois também disponibilizado nas redes sociais, nomeadamente no YouTube da Câmara Municipal de Palmela.

Também dar nota que esta sessão é uma sessão de Assembleia Municipal ordinária, portanto terá também período aberto à população, período antes da ordem do dia. E também é com muita felicidade que hoje estamos aqui no Poceirão, uma terra também com gente trabalhadora e isto é mais uma prova que esta Assembleia Municipal está cada vez mais próxima de todos. Por isso é que também descentralizamos todas as Assembleias, todas as Assembleias ordinárias por todas, repito todas as freguesias do concelho de Palmela, com o propósito e o objetivo de conseguirmos chegar a todos e todos terem a oportunidade de falar dentro daquilo que é o conhecimento e daquilo que são as adversidades que têm dentro dos diferentes territórios do concelho de Palmela.

No âmbito da informação, também dar nota do seguinte:

Tivemos uma conferência de Líderes na qual participaram todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, também com a presença da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Palmela. E posso também aqui anunciar publicamente que iremos criar a Assembleia Municipal Jovem, é uma iniciativa que vai ser desenvolvida em articulação com a Câmara Municipal, Assembleia Municipal, com as comissões

da Assembleia Municipal, designadamente Educação, Juventude, para que participem também com ideias, com inputs, comunidade educativa e com outros gabinetes da Câmara Municipal, designadamente participação, entre outros, e conjuntamente iremos dar um pontapé de saída. E efetivamente é um momento histórico, não existe no concelho de Palmela a Assembleia Municipal Jovem.

Esta iniciativa visa interligar a comunidade, principalmente estudante, à vida política, poderem apresentar propostas. É uma escola de cidadania ativa, de preocupação com os outros, de preocupação com o território e, portanto, é com grande importância que vemos que esta iniciativa irá colher aquilo que são os contributos dos jovens, ouvir aquilo que são as suas propostas que podem depois apresentar junto do poder político, dar a conhecer aquilo que é a democracia local, o poder local, o funcionamento dos órgãos, proporcionar e incentivar a participação democrática e aumentar a confiança dos jovens na política, porque a política é fazer bem ao próximo, é construir o futuro e o futuro só se faz principalmente também com as novas gerações. E, portanto, é esta a nota que eu queria inicialmente dar.

Isto é um projeto que não vai ser imediato, é um projeto que vai-se iniciar e, portanto, esperemos concluir e aqui também com a Câmara, porque tem que ser aqui em articulação o mais breve possível. Gostava de anunciar de facto esta medida porque é mesmo, mesmo, muito relevante capacitar as próximas gerações e dar-lhes efetivamente a voz que merecem.

Havendo quórum, podemos prosseguir. Antes de entrarmos no ponto um da ordem de trabalhos, gostaria de perguntar à Senhora Presidente da Câmara se pretende dirigir algumas palavras sobre a Assembleia Municipal Jovem, nomeadamente acerca dos seus objetivos e do seu desenvolvimento

Período de Intervenção dos Municípes

O Sr. Presidente da Mesa:

Pergunto se algum dos munícipes pretende inscrever-se para usar da palavra.

Peço que mantenham o braço no ar, por favor. Vou começar por esta fila da frente.

De acordo com a ordem de inscrição, vou proceder à chamada.

Senhora Sandra Thomson, pode iniciar a sua intervenção.

A Sra. Sandra Thonson:

Boa noite.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, caros membros da Assembleia Municipal aqui presentes e munícipes.

Trago hoje a esta Assembleia um tema que, para o nosso grupo, é de grande importância. O objetivo desta intervenção não é obter uma resposta imediata, mas sim lançar um assunto que gostaríamos de ver esclarecido com o tempo e, se necessário, através de reuniões.

É um tema que não pode continuar na periferia das nossas prioridades políticas. Se não se importarem, vou ler a minha intervenção para garantir que nenhuma ideia fica de fora, uma vez que se trata de um assunto com alguma complexidade.

Recentemente, esta Assembleia aprovou o novo Plano Diretor Municipal de Palmela. Este documento reconfigura o modelo territorial e urbanístico do nosso concelho para os próximos anos. Contudo, este plano técnico tem de servir as necessidades mais profundas da nossa população. E a maior urgência social que hoje enfrentamos chama-se envelhecimento demográfico e falta de respostas estruturadas, com especial gravidade na União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

A nossa população está a envelhecer a um ritmo elevado, mas as entidades públicas, nacionais e locais, continuam a gerir este problema como se ele fosse invisível.

O Poceirão e a Marateca sofrem com a dispersão geográfica e com o isolamento. Onde estão as respostas adequadas?

A escassez de vagas em lares legalmente licenciados abriu caminho a uma realidade paralela e perigosa: a proliferação de lares clandestinos. É um segredo aberto.

Não venho aqui citar números, porque também não os conheço em concreto. Sendo estruturas ilegais, é natural que não exista informação rigorosa. No entanto, basta acompanhar as notícias. Ainda em maio de 2026, a Segurança Social e a GNR encerraram lares clandestinos no nosso concelho, resgatando idosos que se encontravam em condições de perigo iminente.

Enquanto dirigente da Casa do Povo de Palmela e Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, tenho estado em contacto com a população e com aqueles que respondem às situações de emergência. As estimativas apontam para a existência de mais de uma dezena e sei que estou a ser modesta de estruturas a funcionar de forma totalmente ilegal ou sem o devido licenciamento no eixo rural do nosso concelho.

Não podemos fingir que não sabemos. Um elevado número de pessoas idosas, vulneráveis e, em muitos casos, dependentes, vivem nestes locais, frequentemente em condições precárias de habitabilidade e higiene. São ali colocadas porque as famílias, simplesmente, não têm alternativa económica ou geográfica ou, em alguns casos, porque não existe vontade de assumir esse cuidado.

Não estou aqui apenas para responsabilizar as entidades oficiais. Responsabilizo também as próprias famílias.

Combater esta realidade não passa apenas por fiscalizar e encerrar estas estruturas. Passa, sobretudo, por criar uma alternativa coordenada entre os setores público, social e privado.

Gostaria, por isso, de deixar três questões, de natureza técnica e estratégica, ao Executivo, à luz do novo PDM.

A primeira: de que forma o novo PDM, que prevê a consolidação de perímetros urbanos e define regras para o solo rural e outras áreas, vai agilizar e enquadrar o licenciamento de novos equipamentos sociais ou a expansão dos existentes no Poceirão e na Marateca? Existem majorações de construção ou canais urbanísticos prioritários para IPSS e investidores sociais nesta área?

A segunda questão: o novo PDM introduz conceitos importantes relacionados com a habitação a custos controlados. Pergunto se o plano acautela o enquadramento urbanístico para novos modelos residenciais, como projetos de habitação colaborativa, espaços residenciais assistidos ou complexos que integrem habitação, lazer e cuidados de saúde no mesmo perímetro. Onde poderão estes projetos inovadores ser desenvolvidos, legalmente, no Poceirão e na Marateca, à luz do novo plano?

A terceira questão: como pretende a Câmara Municipal articular o novo PDM com a Estratégia Local de Habitação para garantir que o alojamento sénior de qualidade e sublinho "de qualidade", porque considero que a dignidade deve ser um dado adquirido e não um tema de discussão possa beneficiar de financiamento, por exemplo através do PRR, na nossa zona rural?

Termino com uma reflexão e, sobretudo, com um desafio.

O PDM foi aprovado. Falta agora a coragem política para olhar para o Poceirão e para a Marateca não apenas como uma reserva agrícola e logística, mas como uma comunidade humana que necessita, com urgência, de melhores condições para envelhecer com qualidade.

Desafio este Executivo e as juntas de freguesia locais a integrarem um mecanismo municipal de incentivo e apoio ao alojamento sénior inovador.

Se não anteciparmos esta necessidade hoje, amanhã continuaremos apenas a lamentar o encerramento de lares clandestinos, sem termos onde acolher os nossos avós, os nossos pais e, um dia, nós próprios.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigada.

Senhor Custódio.

O Sr. Custódio Protásio:

Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara Municipal, na vossa pessoa cumprimento todos os presentes e agradeço a vossa presença na nossa freguesia.

Vou improvisar um pouco e deixar três breves notas, ou três questões.

Para a semana, no dia 30, realiza-se o Fórum "Península de Setúbal: Uma Visão Estratégica para a Região", que será aberto pela Senhora Presidente da Câmara, segundo julgo saber. Trata-se de uma das primeiras iniciativas da nova Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal.

A desagregação e a reorganização administrativa fizeram com que a nossa região passasse a ter uma existência jurídica e administrativa autónoma relativamente a Lisboa. Isso permite-nos construir uma visão estratégica que, até agora, estava de certa forma limitada, uma vez que não podíamos aspirar aos mesmos apoios e fundos de financiamento que eram atribuídos a outras regiões, como o Alentejo, que se encontra tão próximo de nós. Estávamos administrativamente ligados a Lisboa.

A Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal visa garantir uma discriminação positiva, uma gestão mais eficaz dos fundos comunitários, o apoio ao tecido empresarial, a promoção da coesão social e um planeamento integrado precisamente essa visão estratégica de que falava. Para isso, é necessária ambição.

Entre os nove municípios que integram a Comunidade Intermunicipal, Palmela está presente. No entanto, Palmela não é apenas os polos urbanos de Palmela, Pinhal Novo ou Quinta do Anjo. Tem também uma forte componente rural, e a freguesia onde hoje nos encontramos é profundamente rural.

A verdade é que sentimos que esta freguesia continua a ter pouca expressão no conjunto do concelho. Gostaria, por isso, de saber qual é a estratégia da Câmara Municipal para afirmar Palmela no seio dos nove municípios da Comunidade Intermunicipal e, simultaneamente, para valorizar cada uma das suas freguesias neste novo projeto.

Palmela tem um excelente cartão de visita. É verdade que Setúbal, pela sua dimensão, pode naturalmente ter maior projeção, mas toda esta região terá de ser promovida, tanto a nível nacional como internacional.

Ainda recentemente decorreu o evento "Portugal, Nação Global", promovido pela Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. A Comunidade Intermunicipal não esteve presente, tendo sido representada a partir de Lisboa. Gostaria de a ver representada diretamente em futuras iniciativas.

Na Bolsa de Turismo de Lisboa, Palmela está presente, mas, muitas vezes, a promoção centra-se sobretudo nos polos urbanos. A freguesia de Poceirão e Marateca, apesar de contar com importantes eventos, como as Marchas de São Pedro da Marateca, que começam amanhã, a Feira Comercial e Agrícola, a Mostra de Vinhos, festivais de ranchos folclóricos e diversas iniciativas ligadas à juventude e ao desporto, acaba, por vezes, por ficar esquecida.

A Comunidade Intermunicipal representa aqui uma oportunidade. Para isso, é necessária visão e coragem política, aproveitando o potencial do polo logístico e ferroviário, criando condições para atrair novas empresas e investimento para esta freguesia.

Passando a um segundo tema: a imigração.

Palmela tem atualmente cerca de 13 a 14 % de população imigrante e dispõe já de um Gabinete de Apoio ao Imigrante, em parceria com uma associação local.

No entanto, há ainda trabalho a desenvolver. Sabemos que o programa OIL Poceirão previa, na sua Ação 26, uma iniciativa destinada à integração das comunidades imigrantes na freguesia, através do acesso aos cuidados de saúde. Gostaria de saber qual o ponto de situação dessa ação.

Lanço igualmente um desafio. Sabemos que a integração dos imigrantes está prevista no Plano de Ação Social de Palmela 2025-2030. Porque não criar um Plano Municipal para a Integração de Imigrantes, à semelhança do que já acontece em municípios como Setúbal e Almada?

Refiro isto porque, como disse anteriormente, a Comunidade Intermunicipal abre novas oportunidades de acesso a fundos europeus. A existência de um plano municipal nesta área permite candidaturas a financiamentos específicos destinados à integração das comunidades migrantes.

No passado fim de semana tive oportunidade de falar com o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que me transmitiu que esta entidade está já a trabalhar esta matéria em articulação com a Secretaria de Estado competente. Palmela também tem aqui um papel a desempenhar. Deve assumir uma posição ativa e aproveitar os instrumentos que estão a ser criados para dotar os municípios de maior autonomia e de mais recursos nesta área.

Termino com uma terceira reflexão, ligada ao setor social.

Entre as respostas habitacionais colaborativas e a abertura da terceira geração do Programa PARES, atualmente destinada à criação de respostas sociais para crianças em situação de vulnerabilidade área onde o concelho continua a apresentar carências, gostaria de saber se alguma IPSS do concelho pretende candidatar-se ao aviso atualmente aberto pela Segurança Social.

A verdade é que, mais cedo ou mais tarde, iremos enfrentar um problema sério de falta de mão de obra no terceiro setor. As instituições da freguesia e do concelho já começam a sentir dificuldades no recrutamento e na qualificação de profissionais.

Existem atualmente boas experiências no norte do país, onde comunidades imigrantes receberam formação linguística e profissional que lhes permitiu integrar instituições sociais e empresas locais. Para além do empreendedorismo e da criação de negócios próprios, esta pode ser também uma resposta importante para as necessidades do nosso concelho.

Integrando todas estas dimensões, acredito que a Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal representa uma grande oportunidade.

Os planos municipais podem ganhar uma nova dinâmica e um novo alcance, permitindo que Palmela aumente o seu peso institucional e a sua projeção. Quando se promove a Península de Setúbal, não devemos pensar apenas em Setúbal. Devemos lembrar que, avançando para o interior, existe também Palmela, com todas as suas freguesias e o seu enorme potencial.

Este é o desafio que vos deixo.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Chama agora a Senhora Maria da Paz.

A Sra. Maria da Paz:

Boa noite a todos.

Chamo-me Maria da Paz. Tenho um estabelecimento comercial em Águas de Moura e, com as recentes obras realizadas na localidade, nomeadamente ao nível dos passeios, surgiu um problema muito grave, tanto para os nossos clientes como para nós, comerciantes: o estacionamento.

Foram-nos retirados mais de vinte lugares de estacionamento e, numa altura em que as vendas já estão cada vez mais difíceis, esta situação veio agravá-las ainda mais. Tenho clientes que me dizem: "Como é que vimos à tua loja, se quase não há onde estacionar?"

Há alguns anos travámos uma luta com o anterior Executivo e conseguimos aumentar o número de lugares de estacionamento. Agora, foi-nos retirada uma grande parte desses lugares.

Temos de encontrar uma solução. Não podemos ficar parados à espera que as coisas melhorem. Espero que a Senhora Presidente, juntamente com o Executivo, possa reunir connosco para tentarmos resolver este problema, porque acredito que existem algumas soluções possíveis.

Tenho ainda outra questão. Gostaria de saber em que ponto se encontra o projeto de habitação social em Águas de Moura. Houve evolução ou não? Em que fase está atualmente?

Tenho também uma questão mais pessoal, relacionada com a ligação ao saneamento na Rua Carlos Luben. Com o anterior Executivo, o processo estava a ser encaminhado. Gostaria de saber em que ponto se encontra

agora. Na altura, estava prevista a ligação das primeiras quatro habitações. Entretanto, gostaria de obter alguma informação sobre esta situação.

Queria ainda referir um problema que penso ser geral e que diz respeito ao saneamento e à gestão dos resíduos. O lixo acumulado é uma situação preocupante e a reciclagem também deixa muito a desejar. Não existem contentores suficientes, há caixas espalhadas por todo o lado e lixo no chão.

Esta é uma situação que se arrasta há bastante tempo e, infelizmente, continuamos sem ver melhorias.

Por fim, gostaria de perguntar em que ponto se encontra o processo de separação das freguesias. Também não tenho informação sobre esse assunto.

Por agora, é tudo. Agradeço a vossa atenção.

Boa noite e muito obrigada.

O Sr. Presidente da Mesa:

Tem a palavra o Senhor Paulo Ferreira.

O Sr. Paulo Ferreira:

Boa noite a todos os presentes.

O que me traz aqui é, em grande parte, o mesmo que trouxe a Maria da Paz. Também sou comerciante em Águas de Moura e partilho das preocupações que aqui apresentou, nomeadamente em relação ao saneamento e às obras que foram realizadas na localidade.

Na minha opinião, a obra não ficou bem executada. No entanto, penso que ainda será possível encontrar alternativas que beneficiem os comerciantes, os moradores e todas as pessoas que se deslocam à aldeia para fazer compras. Acredito que, havendo boa vontade, existem soluções viáveis.

Relativamente ao lixo, é um assunto que tenho discutido com a Maria da Paz e com outras pessoas. Considero que seria importante que a Câmara Municipal promovesse uma ação de sensibilização junto da população. Há muitas pessoas que colocam papel e cartão nos contentores destinados aos resíduos indiferenciados, o que acaba por dificultar a recolha.

Como consequência, parte do lixo fica no chão e, depois, os gatos e os cães rasgam os sacos, espalhando os resíduos. Isto provoca maus odores, degrada o espaço público e constitui também um problema de saúde pública.

Em suma, estamos aqui para chamar a atenção para a perda de muitos lugares de estacionamento na aldeia.

Foram retirados demasiados lugares. Existem alternativas e acreditamos que a Câmara Municipal nos pode ajudar a encontrar soluções, nomeadamente criando zonas de estacionamento na periferia da aldeia, uma vez que, no interior, essa possibilidade é mais limitada.

Era, essencialmente, isto que queria dizer.

Muito obrigado e boa noite.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Senhora Rosa Pereira.

A Sra. Rosa Pereira:

Boa noite a todos.

O que me traz aqui são, essencialmente, três questões.

Começando pelo tema dos contentores do lixo, pegando na intervenção da Maria da Paz, há algum tempo foi feito um levantamento das necessidades de contentores na União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

Ontem constatei que foi colocado um novo contentor junto à minha porta. Onde existia apenas um, passaram a existir dois.

No entanto, temos um problema: muitas pessoas evitam levantar a tampa dos contentores porque estes estão extremamente sujos. Confesso que eu própria faria o mesmo com o contentor que ali foi colocado.

O contentor dá a sensação de ter sido retirado de outro local, colocado num camião e deixado ali, sem qualquer limpeza ou desinfeção. Tal como acontece, infelizmente, com muitos outros contentores da nossa freguesia, que já nem sei há quantos anos não são lavados.

Sinceramente, Senhora Presidente, se me pedissem para utilizar aquele contentor, teria dificuldade em fazê-lo.

Aproveitando que amanhã têm início as Festas de São Pedro da Marateca, convido o Executivo a visitar a freguesia e a verificar a situação em que se encontra, nomeadamente no que respeita ao lixo, mas também a outras questões que demonstram a falta de atenção que esta freguesia tem recebido por parte da Câmara Municipal.

Outro assunto prende-se com a obra realizada no Largo de São Pedro. Existe ali uma casa antiga que ficou parcialmente soterrada. Foi aterrada até cerca de metade da sua altura e ficou naquele estado. Não sei se a Câmara Municipal tem intenção de preservar aquele edifício como património ou se existe algum projeto para aquele espaço.

Neste momento, o local continua com resíduos da obra que nunca foram removidos. Ontem foi ainda depositado um monte de areia, cuja finalidade desconheço. Não sei para que serve nem qual o objetivo daquela intervenção.

Foi-nos dito, no anterior mandato, que aquele espaço seria destinado à construção de habitação a custos acessíveis. Se isso se tivesse concretizado dentro dos prazos anunciados, essas habitações já poderiam estar hoje ao serviço da população. No entanto, nada aconteceu.

Gostaria ainda de abordar outra questão: a construção ou ampliação da capela mortuária de Águas de Moura.

Trata-se de uma obra prometida há vários anos pelo anterior Executivo, que continua por concretizar. Naturalmente, a Senhora Presidente herdou este processo e gostaria de saber qual o ponto de situação.

Por fim, gostaria também de perguntar pela rotunda prevista na chamada Estrada dos Espanhóis, no troço entre Palmela e Águas de Moura. Tanto quanto foi anunciado, essa obra encontrava-se adjudicada pelo anterior Executivo, mas, até ao momento, nada foi executado.

Gostaria que estas questões pudessem ser esclarecidas.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Senhora Juliana.

A Sra. Juliana Cândido:

Boa noite a todos.

Venho hoje aqui falar com revolta, mas, acima de tudo, com tristeza. Tristeza por ver a minha terra, Águas de Moura, cada vez mais esquecida, cada vez mais deixada para trás, com a sensação de que, ano após ano, nos tiram mais do que aquilo que nos dão.

Quem vive em Águas de Moura sabe bem do que estou a falar. Não estamos a pedir o impossível nem nada de extraordinário. Estamos a pedir o básico. Estamos a pedir respeito. Estamos a pedir condições dignas

para quem aqui vive, para quem aqui trabalha, para os nossos idosos, para os nossos jovens, para as famílias e para o comércio local.

É revoltante olhar para a nossa aldeia e ver obras por concluir, ruas cheias de pó e de buracos, e sentir que ninguém quer saber dos transtornos que isto provoca às pessoas no seu dia a dia. Há zonas onde se circula constantemente no meio da poeira, dos desníveis e do abandono.

Isto não é qualidade de vida. Isto não é cuidar de uma população. Isto é deixar uma terra ao esquecimento.

É igualmente revoltante verificar que não existe estacionamento suficiente numa aldeia que tem comércio e que depende dos seus clientes. Como podem os comerciantes sobreviver se as pessoas não têm onde estacionar? Como queremos manter vivo o comércio local se não criamos as condições mínimas para que as pessoas possam vir comprar, consumir e apoiar os negócios da terra?

Estamos a asfixiar a nossa própria aldeia. Depois olhamos para espaços que poderiam fazer a diferença e continuam ao abandono. O Largo de São Pedro precisava de um jardim, de bancos, de zonas de sombra, de um espaço bonito e digno para os nossos idosos descansarem, para os pais com crianças pequenas poderem sentar-se e para as pessoas conviverem. Um espaço simples, humano e pensado para a população. Mas nem isso temos. Nem um espaço de bem-estar conseguimos oferecer a quem aqui vive.

Também não é aceitável a situação dos contentores do lixo, muitas vezes cheios, sujos e com resíduos espalhados no exterior. Isto demonstra falta de limpeza, falta de cuidado e falta de respeito pela imagem da aldeia e pela saúde pública.

Quem vive aqui não tem de conviver diariamente com lixo espalhado, maus odores e uma permanente sensação de abandono.

Quero também falar dos jovens e de toda a população que gostaria de praticar exercício físico. Já foi solicitado um ginásio ou um espaço de treino em Águas de Moura, mas continuamos sem qualquer resposta.

Há jovens que querem treinar, há pessoas que pretendem cuidar da sua saúde e há trabalhadores que poderiam aproveitar as pausas do dia para fazer exercício. No entanto, são obrigados a deslocar-se para outras localidades.

Temos espaços, como o Centro Cultural, que poderiam ser aproveitados para criar uma infraestrutura útil para toda a população. Isso seria investir na saúde, no bem-estar e no futuro da nossa aldeia.

O que mais custa é sentir que Águas de Moura vai perdendo tudo, pouco a pouco. Vai perdendo oportunidades, investimento, atenção e qualidade de vida. E quem aqui mora sente isso todos os dias.

Sente-o quando vê as obras paradas. Sente-o quando não encontra estacionamento. Sente-o quando vê o lixo acumulado. Sente-o quando observa os idosos sem um espaço digno para descansar. Sente-o quando vê os jovens sem alternativas, sem atividades e sem investimento.

Estamos cansados de promessas. Cansados de esperar. Cansados de ver a nossa aldeia tratada como se pudesse ficar sempre para depois.

Águas de Moura não pode continuar a ser a terra do "depois vê-se", do "um dia fazemos" ou do "agora não dá". Porque, enquanto tudo se adia, a aldeia degrada-se, as pessoas desanimam e o sentimento de abandono aumenta.

Por isso, hoje não venho apenas apontar problemas. Venho exigir respostas e compromisso.

Exijo que olhem para Águas de Moura com a dignidade que merece.

Exijo mais estacionamento para moradores, comerciantes e clientes.

Exijo a conclusão das obras e a reparação urgente das ruas e das zonas degradadas.

Exijo a criação de um jardim no Largo de São Pedro, com bancos e zonas de sombra.

Exijo uma melhoria efetiva na limpeza urbana e na recolha dos resíduos.

Exijo a criação de um ginásio ou de um espaço de treino acessível à população.

Porque Águas de Moura não é uma terra sem valor. Águas de Moura tem pessoas, tem comércio, tem história e tem vida. O que falta é vontade de investir, vontade de cuidar e vontade de respeitar quem aqui vive.

Nós merecemos mais. A nossa aldeia merece mais.

Está na altura de deixar de adiar estes problemas e de começar, finalmente, a resolver aquilo que há anos está por fazer.

Espero sinceramente que esta intervenção não fique apenas registada em ata, como tantas outras.

Espero que fique também na consciência de quem tem a responsabilidade de decidir, porque quem vive em Águas de Moura já esperou tempo demais.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Senhora Rita.

A Sra. Rita Queiroga:

Boa noite a todos.

Antes de mais, gostaria de saudar a iniciativa das Assembleias Municipais Descentralizadas e da Assembleia Municipal Jovem.

O meu nome é Rita Queiroga e intervenho hoje em representação da APROPEVI – Associação de Proprietários do Empreendimento Palmela Village, na Quinta do Anjo.

Na última reunião em que aqui estivemos, a Câmara Municipal informou que, após a publicação do novo Plano Diretor Municipal em Diário da República, iria criar uma equipa dedicada ao processo de regularização do Palmela Village e assumir um papel ativo na alteração do alvará de loteamento.

A APROPEVI considera essa disponibilidade positiva. Contudo, entendemos que, antes de se iniciarem os trabalhos, é importante que os proprietários compreendam qual é a visão da Câmara para o futuro deste espaço.

Por isso, gostaria de colocar algumas questões concretas sobre o Palmela Village e, no final, uma última questão relacionada com uma preocupação pessoal enquanto munícipe e ciclista.

A primeira questão é a seguinte: qual é o modelo de desenvolvimento que a Câmara pretende para o Palmela Village?

O Palmela Village nasceu como um empreendimento turístico, com infraestruturas preparadas e dimensionadas para esse fim, cujos rendimentos permitiriam suportar os custos de manutenção dos espaços e das infraestruturas de utilização comum.

Contudo, na sequência da emissão de licenças individuais para habitação, consideradas irregulares, entre 2004 e 2024, o projeto turístico tornou-se inviável. O empreendimento apresenta hoje uma utilização predominantemente habitacional, com reduzida atividade turística, situação que, aliás, levou o Turismo de Portugal a não renovar a respetiva licença de exploração turística.

O empreendimento caracteriza-se atualmente por um perfil socioeconómico muito diversificado, não sendo conhecidas escrituras realizadas especificamente para utilização turística. Muitos proprietários adquiriram as suas habitações sem conhecimento ou plena compreensão de que estavam a comprar um imóvel integrado num aldeamento turístico, não tendo, por isso, consciência dos encargos inerentes à manutenção de um empreendimento com estas características e dimensão.

Coloco esta questão porque a alteração do alvará de loteamento irá definir não apenas o uso dos imóveis destinados à atividade turística e à habitação, mas também o futuro do próprio empreendimento.

Como a Senhora Presidente sabe, a coexistência de espaços destinados à atividade turística e de espaços destinados à habitação apenas é legalmente possível quando a área turística constitui um conjunto contínuo, não sendo admissível a existência de imóveis turísticos dispersos entre habitações permanentes. Voltarei a este ponto na questão seguinte.

A alteração do alvará irá igualmente redefinir a titularidade das centenas de quilómetros de arruamentos, passeios, condutas, redes e restantes infraestruturas comuns, cujos custos de manutenção atingem valores inportáveis para um cidadão comum. As decisões agora tomadas irão condicionar, durante décadas, a vida dos proprietários e o desenvolvimento daquele território.

Na sequência desta primeira questão, gostaria de colocar uma segunda e uma terceira perguntas, relacionadas com a convivência entre os usos habitacional e turístico.

Na última reunião, a Senhora Presidente referiu que a reclassificação deveria respeitar o objeto inicial do Palmela Village e que o novo PDM permite a coexistência entre habitação e turismo.

Gostaria de perceber melhor qual é a visão da Câmara para essa convivência.

Como entende a Câmara que possam coexistir, de forma estável e sustentável, habitação permanente e atividade turística num espaço que partilha infraestruturas essenciais, como a rede de abastecimento de água, a drenagem e tratamento de águas residuais, os arruamentos, os estacionamento e os restantes equipamentos comuns?

Mais concretamente, considera a Câmara que essas infraestruturas já não podem continuar a ser geridas segundo uma lógica própria de um empreendimento turístico e que devem evoluir para um modelo compatível com a realidade predominantemente habitacional que hoje caracteriza o Palmela Village?

A quarta questão prende-se com o processo que agora se inicia.

Pretende a Câmara apresentar aos proprietários diferentes cenários ou alternativas para a alteração do alvará de loteamento, explicando claramente as consequências de cada uma delas quanto à utilização dos imóveis, às infraestruturas, aos espaços comuns e aos futuros encargos dos proprietários?

A APROPEVI entende que os proprietários apenas poderão participar de forma responsável neste processo se conhecerem, de forma transparente, as implicações das diferentes soluções possíveis.

A quinta questão diz respeito ao saneamento.

Gostaríamos de saber em que ponto se encontra atualmente este processo e, sobretudo, qual é o objetivo da Câmara relativamente a esta infraestrutura.

Na última reunião, foi-nos informado que a Câmara aguardava uma decisão judicial relativa à posse administrativa da ETAR.

Pergunto se a intenção da Câmara é apenas resolver uma situação de emergência ambiental e de saúde pública ou se admite que, no âmbito da regularização do Palmela Village, a ETAR e toda a rede de saneamento possam vir a ter um enquadramento semelhante ao que já aconteceu com a rede pública de abastecimento de água e com o serviço de recolha de resíduos urbanos.

Tal como qualquer outro município, os proprietários do Palmela Village devem contribuir para os serviços públicos de que beneficiam através do pagamento das respetivas taxas.

Recordamos, contudo, que este empreendimento continua numa situação jurídica irregular. As licenças de habitação emitidas permanecem irregulares; o sistema de saneamento apresenta graves problemas, com descargas que atravessam o empreendimento e afetam inclusivamente zonas habitacionais vizinhas. Apesar disso, todos os proprietários pagam regularmente o Imposto Municipal sobre Imóveis, receita de que o Município beneficia há cerca de vinte anos.

A APROPEVI continua a defender que a regularização do Palmela Village deve ter como objetivo principal garantir o direito à habitação, proteger os proprietários que o próprio Município atraiu para este território, valorizar uma área com elevado potencial para a freguesia e criar soluções juridicamente estáveis e sustentáveis para o futuro.

Aquilo que hoje pretendemos conhecer é qual a estratégia da Câmara para o Palmela Village e de que forma os proprietários poderão participar nas decisões que irão determinar o futuro deste empreendimento.

Finalmente, gostaria de colocar uma última questão, de natureza pessoal, enquanto cidadã e educadora.

Estou envolvida no projeto "Pico Expresso" e, juntamente com outros dois proprietários do Palmela Village, acompanho dois grupos de crianças um na Quinta do Anjo e outro no Pinhal Novo nas suas deslocações diárias de bicicleta para a escola.

Considero esta iniciativa extremamente positiva para promover a educação rodoviária, a mobilidade ativa e a autonomia das crianças.

Contudo, preocupa-me que estejamos a incentivar um número crescente de crianças a utilizar a bicicleta quando o concelho de Palmela continua a dispor de muito poucas infraestruturas cicláveis seguras.

Na prática, estas crianças continuam a depender do acompanhamento permanente de adultos, porque o espaço público ainda não lhes oferece condições para circularem de forma autónoma e em segurança.

Gostaria, por isso, de saber que medidas concretas estão previstas para criar uma rede ciclável segura, contínua e funcional, capaz de apoiar e consolidar este tipo de iniciativas.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

E por último, a Senhora Felisbela.

A Sra. Felisbela Rilho:

Boa noite a todos.

Muito obrigada por estarem aqui presentes nesta freguesia e pela realização desta Assembleia Municipal Descentralizada.

Vou focar-me em alguns aspetos práticos que nos foram transmitidos por munícipes e que considero urgente resolver.

Um deles prende-se com a toponímia.

Existe uma pessoa nesta freguesia que está sem água há cerca de um ano e meio porque, não tendo energia elétrica com potência suficiente, não consegue instalar uma bomba no furo que já realizou. A EDP não aumenta a potência porque a rua onde esta pessoa reside não tem toponímia, sendo considerada um caminho privado, apesar de ter utilidade pública e servir cinco famílias, cerca de dezoito pessoas.

A EDP exige que esta pessoa faça uma ligação elétrica no início da rua. No entanto, esse ponto não pertence à própria pessoa, mas sim a outro vizinho. Esse vizinho teria de ser ele próprio a solicitar a ligação, o que, naturalmente, não fará, uma vez que não necessita dessa infraestrutura para o seu terreno agrícola nem tem interesse em fazer uma ligação destinada a terceiros.

Estas famílias já iniciaram um processo de atribuição de toponímia há cerca de quatro anos. A pessoa em causa encontra-se sem água há aproximadamente um ano e meio. Atualmente, é uma vizinha que lhe fornece água através de uma mangueira com cerca de 300 metros, utilizando o furo da sua própria família.

Esta situação prende-se diretamente com a questão da toponímia. Gostaria de saber se é possível rever as toponímias desta zona, uma vez que, quando foram atribuídas, houve pessoas que não tiveram oportunidade de acompanhar ou compreender devidamente o processo.

Dou como exemplo uma situação pessoal: foi atribuída toponímia a uma rua que fica integralmente dentro da minha propriedade. Era anteriormente um caminho de acesso à minha propriedade e passou posteriormente a ser considerado uma rua pública.

Entretanto, foram também sendo abertos caminhos de acesso através de terrenos particulares, alguns dos quais ainda não têm toponímia atribuída, mas que são limpos pela Junta de Freguesia e acabam por ser considerados caminhos públicos.

Desde que exista uma definição clara e correta destas situações, penso que é importante resolver esta questão.

Neste caso concreto da pessoa que está sem água, existe ainda outro problema: vivem ali pessoas idosas. Quando é necessário chamar uma ambulância, é preciso deslocar-se cerca de 300 metros até ao caminho

principal, junto à Estrada Palmela-Lagameças, para indicar a localização da habitação. Se a pessoa estiver sozinha, torna-se muito difícil identificar exatamente onde se encontra a casa.

Por isso, gostaria também de perguntar se existe intenção de atribuir números de polícia às ruas. Esta medida ajudaria bastante na localização das habitações e na resposta dos serviços de emergência.

Passo agora a outra questão, relacionada com o Programa 1.º Direito.

Tivemos conhecimento de uma situação de uma pessoa da nossa comunidade que se candidatou ao Programa 1.º Direito porque tinha o pai acamado, com um elevado grau de dependência, sem capacidade de mobilidade e com necessidade urgente de obras na habitação, que se encontrava em muito mau estado.

O processo foi apresentado com toda a documentação necessária e, no entanto, há cerca de dois anos que não existe qualquer resposta: nem aprovação, nem rejeição, nem informação sobre o ponto de situação do processo.

O senhor esteve acamado durante três anos, desde o início da doença que o deixou nessa condição. Entretanto, faleceu há cerca de um ano, mas a filha, que cuidava dele, continua a viver nessa habitação, que se encontra praticamente em ruínas e com risco de degradação grave.

Posso dizer que, em alguns locais, já é possível ver a luz do dia através das fissuras existentes nas paredes. São condições que considero indignas.

Foi também solicitada, em determinado momento, a intervenção dos serviços da Câmara relativamente a uma desinfestação, nomeadamente devido a uma infestação de ratos, mas essa possibilidade não foi concretizada.

Gostaria de saber em que situações as pessoas carenciadas podem ter acesso a este tipo de apoio, nomeadamente em situações de desinfestação. Neste caso, foram os próprios amigos e familiares que, suportando os custos do seu próprio bolso, ajudaram a resolver parcialmente o problema.

Gostaria, por isso, de saber qual o ponto de situação concreto deste processo no âmbito do Programa 1.º Direito.

Associado a este tema, gostaria também de perceber em que ponto se encontra a habitação social da Câmara Municipal. Existe algum projeto de ampliação? Está prevista alguma divulgação junto dos munícipes?

Existem várias pessoas no concelho em situações habitacionais muito precárias, algumas delas praticamente em situação de sem-abrigo.

Nesta zona existe uma instituição, os Amigos de Lagameças, que possui uma resposta de alojamento temporário para famílias ou, em determinadas situações, para pessoas individuais, enquanto procuram reorganizar a sua vida.

No entanto, uma família que necessita de uma habitação social e que recorre a este tipo de resposta temporária fica sem alternativa quando termina esse apoio, uma vez que não consegue suportar rendas de 500, 600 euros ou mais, que são atualmente valores praticados nesta zona.

Gostaria ainda de referir que existem muitas pessoas a viver em condições habitacionais extremamente degradadas. Muitas destas situações estão relacionadas com problemas de saúde mental.

Nesse sentido, gostaria de perguntar quais são os objetivos deste Executivo relativamente à saúde em geral e, especificamente, à saúde mental.

No Poceirão, que é a realidade que melhor conheço, o Centro de Saúde não consegue dar resposta nem sequer às IPSS. Muitas vezes, uma instituição aguarda durante meses por uma receita de um utente com medicação crónica. A farmácia fica também condicionada e, por vezes, é necessário recorrer a médicos conhecidos para conseguir obter receitas, porque já existem dezenas de pedidos pendentes.

Dito isto, gostaria também de reforçar aquilo que já foi referido relativamente aos resíduos.

Considero que este tema nunca é dispensável. Basta circular por esta zona, por exemplo entre Lagameças e Cajados, para perceber a dimensão do problema.

Existe, por um lado, falta de higiene e, por outro, falta de respeito por parte de algumas pessoas que deixam resíduos junto aos contentores. São metros de lixo acumulado.

Não existe sequer uma zona pavimentada adequada para colocar os contentores. Estão colocados diretamente em terra. Quando os serviços fazem a recolha, o terreno fica degradado, formando buracos que, no inverno, acumulam água.

Não sei qual será a melhor solução, mas talvez seja necessário reforçar a sensibilização da população relativamente à forma correta de deposição dos resíduos, ao tipo de resíduos que podem ou não ser colocados nos contentores e às alternativas existentes.

Já vi, por exemplo, pessoas a colocar barro junto aos contentores.

Gostaria, por isso, de saber se existe algum local específico onde os munícipes possam depositar resíduos verdes, restos de obras ou outros materiais que não devem ser deixados junto aos contentores.

Para terminar, gostaria de reforçar dois pontos aos quais considero que deve ser dada resposta com alguma urgência: a questão da toponímia, pela situação da munição que permanece sem água, e a questão do Programa 1.º Direito.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Antes de dar a palavra à Senhora Presidente para, naturalmente, responder às questões colocadas pelos munícipes, gostaria de agradecer a vossa participação.

A vossa intervenção é fundamental, porque também têm um papel de fiscalização deste Executivo, tal como nós, membros da Assembleia Municipal.

Assim, vamos agora ouvir a Senhora Presidente relativamente a todas as questões que aqui foram levantadas.

Tem a palavra.

Obrigado.

A Sra. Presidente da Câmara:

Obrigada, Senhor Presidente.

Cumprimento, na sua pessoa, a Mesa da Assembleia Municipal. Cumprimento todos os membros desta Assembleia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia e os restantes membros do Executivo.

Cumprimento, naturalmente, todas as senhoras e senhores munícipes presentes nesta sala, bem como aqueles que nos acompanham em casa.

Agradeço as vossas questões.

Creio que, para além da função destas Assembleias de aproximar os órgãos autárquicos, a Câmara Municipal por um lado e a Assembleia Municipal por outro, das populações estas reuniões têm também a vantagem de trazer algum detalhe, com questões que muitas vezes não são colocadas noutros contextos.

Tivemos aqui uma semana dedicada à freguesia, neste caso à União de Freguesias, mas especificamente ao Poceirão, porque continuamos a tratar separadamente as questões mais específicas de cada um dos polos da freguesia.

Para a semana iniciaremos a semana de trabalho dedicada à Marateca. Portanto, independentemente de termos as freguesias agregadas, continuamos a trabalhar com alguma independência no que diz respeito aos problemas e ao aprofundamento das questões locais. Tratamo-las individualmente e, por isso, estaremos na próxima semana precisamente a realizar a semana de trabalho dedicada à freguesia de Marateca.

Nesse sentido, peço-vos alguma compreensão pelo facto de não conseguir responder com o mesmo nível de detalhe com que as questões foram colocadas. Primeiro, porque algumas delas não consigo detalhar inteiramente e, por outro lado, porque alguns dos temas estão precisamente na nossa lista de preocupações.

Ficam desde já convidados a acompanhar-nos. Vamos divulgar a programação: teremos, num primeiro dia, as reuniões habituais entre os Executivos da freguesia e da Câmara Municipal, nomeadamente com os vereadores com pelouros. Teremos deslocações a vários locais, visitas a algumas instituições e empresas, estaremos na rua e faremos também atendimento descentralizado e individualizado aqui na freguesia.

Ainda assim, e porque os temas colocados são de interesse geral, não apenas para quem os colocou, mas para toda a população, tentarei abordar alguns deles.

Começo pela última questão, porque não consegui identificar concretamente o tema da toponímia. Precisamos de saber exatamente de que rua estamos a falar. Sem essa referência, não conseguimos localizar a situação.

Fica desde já o convite para que possa vir a um atendimento, trazendo plantas ou outros elementos que permitam identificar o local. Poderemos analisar a situação com detalhe.

Naturalmente, tomamos nota da questão e vamos pedir aos serviços que tentem localizar o caso referido, nomeadamente a situação das pessoas que estão sem água e que estão a ser abastecidas através de uma ligação disponibilizada por vizinhos.

Se existe um processo colocado na Câmara, terá de haver uma referência, um nome ou algum elemento que permita a sua identificação. Peço, por isso, que essa informação seja transmitida aos serviços para podermos responder com maior detalhe.

Aproveito também para explicar que, nas reuniões descentralizadas e nas reuniões ordinárias onde existe participação do público, estamos a solicitar uma inscrição prévia com identificação dos temas. Isto permite que, quando existe um processo em curso na Câmara, consigamos ter previamente essa informação e preparar uma resposta.

Neste caso, se tivéssemos essa informação antecipadamente, poderíamos ter vindo já com uma resposta concreta.

Passando a outras questões mais gerais, e que cruzam várias intervenções, começo pela habitação.

De facto, os trabalhos estão atrasados, mas estão a decorrer. Trata-se de um projeto de conceção-construção, estando neste momento a decorrer todos os procedimentos para entrada em obra dos 21 fogos.

Já existem outros fogos construídos, mas este projeto representa um investimento de cerca de 4,5 milhões de euros.

Tínhamos também projetos preparados para mais 11 fogos e, neste momento, está em desenvolvimento o processo relativo ao projeto de conceção-construção dos 21 fogos.

A propósito destes fogos, importa referir que se localizam numa zona onde está também previsto resolver uma questão levantada relativamente ao estacionamento e ao acesso ao comércio.

Refiro-me à rua nas traseiras dos bombeiros, a Rua Hermenegildo de Capelo. Nessa zona serão construídas habitações e está já previsto estacionamento, em parte destinado aos moradores, mas também com uma área suplementar precisamente para responder às necessidades de estacionamento de quem se desloca ao comércio.

Sabemos que não é o mesmo que estacionar à porta da loja, mas é uma distância perfeitamente acessível e que poderá facilitar bastante a vida dos comerciantes e das pessoas que circulam na avenida.

Também sabemos que existiam problemas de segurança, com veículos estacionados em cima dos passeios e situações que dificultavam a circulação pedonal.

Compreendemos a vantagem de ter estacionamento junto ao comércio, mas numa zona com limitações de espaço é necessário encontrar um equilíbrio, criando bolsas de estacionamento alternativas.

Relativamente ao prazo da obra, a previsão de conclusão das habitações é o primeiro trimestre de 2027.

Sobre a candidatura ao Programa Primeiro Direito, importa dizer que os financiamentos ao abrigo do PRR estão atualmente limitados e o programa habitacional em concreto encontra-se esgotado para novas candidaturas.

Relativamente ao caso concreto referido, o processo está identificado na Câmara. Foram colocadas questões à herdeira, que ainda não foram respondidas. Enquanto essas questões não forem esclarecidas, o processo não pode avançar, uma vez que a transmissão para herdeiros implica novos procedimentos junto do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Relativamente às questões sociais, importa cruzar as várias respostas existentes.

A Câmara Municipal desenvolve várias medidas na área social, incluindo apoio à integração das populações migrantes. Uma das primeiras medidas é precisamente o ensino da língua portuguesa, porque a capacidade de comunicar é fundamental para a integração.

Temos também atendimento descentralizado em vários locais do concelho, destinado a pessoas que necessitam de apoio e encaminhamento para serviços municipais ou outras instituições.

Temos acompanhado igualmente situações de pessoas refugiadas, provenientes de países em conflito e com dificuldades humanitárias.

Na área da saúde, foram reabilitados dois equipamentos, um no Poceirão e outro na Marateca. A dimensão populacional destas freguesias foi importante para demonstrar a necessidade destes investimentos e permitir a instalação de profissionais de saúde.

Estas populações criam novas necessidades, mas também são contribuintes ativos, trabalham e pagam impostos, contribuindo para a dinâmica do território.

Gostaria ainda de referir o papel do Centro Comunitário de Águas de Moura. Trata-se do antigo edifício do quartel dos Bombeiros Voluntários de Águas de Moura, totalmente reabilitado, que disponibiliza atualmente respostas comunitárias e serviços de proximidade.

É um espaço aberto à população, não apenas para atividades culturais, mas também como ponto de contacto com a Câmara Municipal e com diversos serviços.

Relativamente à casa antiga referida no Largo de São Pedro, existe um projeto de reabilitação. Não está previsto que permaneça na situação atual, mas ainda não existe verba destinada para a execução da obra.

Quanto à casa mortuária, reconhecemos a importância da intervenção, mas não existe verba inscrita no orçamento atual. É uma prioridade que procuraremos acompanhar.

Sobre as obras no espaço público, é verdade que ainda não estão concluídas. Existem incómodos associados, como acontece normalmente em intervenções desta dimensão, mas acreditamos que o resultado final trará melhorias significativas para Águas de Moura.

Relativamente às ligações de esgotos, não tenho neste momento informação detalhada, mas existe indicação dos serviços de que a situação está prevista para resolução. Iremos também verificar esta questão na visita que faremos à freguesia na próxima semana.

Sobre o Plano Diretor Municipal, importa esclarecer que é um documento orientador, não um documento que concretiza diretamente todos os projetos.

O novo PDM permite agora uma possibilidade que anteriormente não existia: a instalação de equipamentos sociais, incluindo estruturas residenciais, em determinadas áreas de solo rural, naturalmente respeitando as regras urbanísticas aplicáveis.

Esta é uma nova oportunidade, mas não significa que todos os equipamentos possam ser automaticamente legalizados. Cada situação terá de ser analisada individualmente.

É também importante distinguir as competências: a Câmara Municipal licencia a localização e o edifício; a Segurança Social licencia o funcionamento e as condições específicas de prestação de cuidados.

Agradecemos, por isso, a identificação de situações existentes, porque algumas poderão não ser conhecidas pelos serviços municipais.

Relativamente à CIM - Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal, e só discordo de uma expressão: a ideia de que não existia uma visão estratégica para a região. Peço desculpa, mas esta região tem, há muitos, muitos anos, uma associação de municípios que já reuniu 13 municípios deste distrito e, posteriormente, os nove municípios da Península de Setúbal.

Essa associação tem estudos e, aliás, foi recentemente aprovada, pela Comissão Técnica do PEDPS, penso eu, a última versão atualizada daquele documento, já com a influência dos grandes equipamentos previstos para a região. É um projeto que será, obviamente, divulgado a toda a comunidade e que contém uma visão estratégica que, aliás, não é nova.

O que é que é novo? É a possibilidade de, em concreto e foi para isso que a SIM foi constituída, agarrar a visão estratégica que está identificada, os dados que existem, que estão trabalhados e disponíveis, e as propostas que foram apresentadas por diversas instituições e organizações no âmbito da discussão do PEDPS - Plano Estratégico de Desenvolvimento para a Península de Setúbal, e, sim, transformá-los em candidaturas.

É isso mesmo. Essa será a função da SIM. Mas a visão existe há muitos anos.

E é curioso referir o seguinte: o PEDPS, agora revisto, volta a trabalhar com as grandes infraestruturas que já tinham sido previstas no PEDEPS, há muitos anos. Porquê? Porque demos a volta e voltámos, mais ou menos, ao mesmo ponto no que diz respeito à localização do novo aeroporto de Lisboa, à alta velocidade e, agora, também à já afirmada terceira travessia do Tejo.

Portanto, é simples: essas infraestruturas já estão contempladas na visão estratégica expressa há muitos anos para esta região. Agora, temos é de a operacionalizar e, neste caso, a Comunidade Intermunicipal foi constituída exatamente com esse objetivo.

Como foi dito, e bem, na próxima semana terá lugar o seu primeiro fórum, precisamente em Palmela, no Cine-Teatro São João, e, obviamente, vamos estar todos presentes.

Há ainda um assunto a que não vou responder aqui e que tem que ver com a questão do Palmela Village, isto é, qual é a visão que a Câmara Municipal tem para o Palmela Village e que modelo pretende adotar.

O processo nasceu como empreendimento turístico, mas foi desclassificado, justamente, entre outras razões, pela falta de manutenção dessa condição. Em parte, enfim, o processo foi também torpedeado pelos próprios proprietários, que resolveram deixar de pagar, porque aquilo que pagavam, ou a quem pagavam essa não é a questão para nós, não correspondia às suas necessidades. Portanto, entenderam que a melhor forma de agir seria contribuir para a desclassificação do empreendimento enquanto empreendimento turístico.

Não vou entrar em mais detalhes. Já disse, na última reunião de Câmara, à PROPEVI, e repito que todas as questões desta natureza e dimensão devem ser discutidas em reuniões específicas dedicadas a este tema.

Agradeço e reconheço a persistência, o interesse e a necessidade de abordar esta questão, mas considero que, realmente, virmos a Marateca, Poceirão, discutir, neste caso concreto, um empreendimento situado na Quinta do Anjo não seria razoável.

Além disso, há muitas componentes que têm de ser dialogadas e, portanto, não vou gastar aqui mais tempo com este assunto.

Mantenho o que afirmei: logo que o PDM esteja publicado e já estamos a trabalhar na preparação dessas reuniões, repito o que disse na semana passada, na reunião de Câmara Descentralizada em Cabanas. Já estamos a trabalhar na organização interna da Câmara Municipal para a realização dessas reuniões e, oportunamente, contactaremos as associações representativas dos proprietários e, até, em alguns casos, eventualmente, os próprios proprietários, para que quem quiser possa participar.

Por fim, relativamente à questão dos resíduos, é uma preocupação efetiva para o concelho.

O sistema envolve a Câmara Municipal, empresas prestadoras de serviços e a AMARSUL, responsável pela gestão dos resíduos recicláveis.

Temos identificado vários problemas e já transmitimos essas preocupações à nova administração da AMARSUL.

Não consideramos que a solução passe pela retirada de equipamentos de reciclagem das freguesias rurais. A solução passa por melhorar os equipamentos e reforçar a sensibilização das populações.

Estamos a preparar novas campanhas de sensibilização, porque existe também um problema de comportamento na deposição dos resíduos.

Relativamente à lavagem dos contentores, estas são realizadas quatro vezes por ano. No entanto, a deposição incorreta de resíduos, nomeadamente sacos abertos ou materiais inadequados, provoca uma degradação rápida do estado dos equipamentos.

Isso não justifica, naturalmente, a colocação de lixo no chão junto aos contentores. É uma prática que temos de combater.

Estamos também a rever os circuitos de recolha, porque reconhecemos que o concelho apresenta atualmente problemas nesta área.

É uma preocupação real e estamos a trabalhar para melhorar a situação.

Senhor Presidente da Assembleia, não sendo exaustiva, procurei responder, de forma geral, às questões colocadas.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Quero também agradecer, uma vez mais, a participação do público presente.

Uma das questões aqui levantadas foi a da saúde mental. De facto, trata-se de um tema muitas vezes esquecido, quer a nível nacional, quer a nível autárquico, mas relativamente ao qual é possível desenvolver iniciativas.

Há uma freguesia em Lisboa cujo nome, neste momento, não me recordo que, por exemplo, disponibiliza um psicólogo que presta apoio à população alguns dias por semana.

Este tipo de iniciativa pode também partir das freguesias, enquanto resposta de proximidade. Naturalmente, deverá existir articulação com a Câmara Municipal, uma vez que as freguesias poderão não dispor, por si só, da capacidade financeira necessária para assegurar este tipo de serviço.

Talvez faça sentido pensar num modelo descentralizado pelas freguesias, mas desenvolvido em parceria com o Município.

Sabemos que as consultas de psicologia têm custos elevados e que muitas pessoas não têm capacidade financeira para lhes aceder. Não podem, por isso, ficar excluídas deste tipo de apoio, sob pena de, não o recebendo atempadamente, enfrentarem maiores dificuldades e, em casos mais graves, até situações de desfecho trágico.

Reforço, por isso, a importância desta matéria.

Diga, Senhora Presidente.

A Sra. Presidente da Câmara:

Obrigada, Senhor Presidente.

Agradeço que me tenha concedido novamente a palavra, mas, uma vez que voltou a colocar uma questão que eu não tinha efetivamente abordado, permita-me responder.

O Senhor Presidente faz uma comparação que, de alguma forma, nos é próxima, mas estamos a comparar uma freguesia urbana de Lisboa com a realidade do Poceirão e da Marateca. Não sei se quererá também comparar os milhões de euros que constam dos orçamentos de cada uma dessas freguesias e das respetivas câmaras municipais.

Naturalmente, a ideia é boa. Em abstrato, é uma ideia meritória e bem-intencionada. A questão é saber se é viável e exequível.

O que fazemos atualmente é procurar intervir dentro das nossas possibilidades. Sendo a saúde mental uma preocupação de toda a sociedade, temos procurado desenvolver a nossa intervenção, desde logo, através

das escolas, apoiando o trabalho que estas realizam no âmbito do acompanhamento psicológico aos mais jovens.

Não se trata, obviamente, de um apoio generalizado à população, mas é uma área em que trabalhamos em estreita colaboração com os estabelecimentos de ensino.

Também os centros de saúde e as unidades de saúde desenvolvem trabalho nesta matéria, ainda que reconheçamos que é insuficiente muito insuficiente, diria. Em vários casos, fazem-no em parceria com a Câmara Municipal, através de projetos que promovem a sensibilização, a informação e a divulgação dos recursos existentes, procurando facilitar o acesso das pessoas a estes apoios e criar uma maior abertura para abordar estas questões, evitando que enfrentem estes problemas de forma isolada.

Agora, afirmar que conseguiremos disponibilizar apoio psicológico em cada freguesia é uma realidade diferente. Como disse, a ideia tem mérito e é bem-intencionada, mas importa avaliar a sua viabilidade.

Era apenas isso, Senhor Presidente.

Obrigada.

Período Antes da Ordem do Dia:

O Sr. Presidente da Mesa:

Ainda bem que existem diferentes ideias. É isso que a democracia valoriza e promove.

Passamos ao ponto número dois, o Período Antes da Ordem do Dia.

Neste ponto deram entrada na Mesa os seguintes documentos para discussão:

- Partido Socialista - Saudação ao Dia da Criança;
- Partido Socialista - Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Emília da Conceição Mondim da Cruz;
- CDU: Moção – Requalificação do Parque Escolar;
- CDU: Saudação à vitória dos trabalhadores contra o pacote laboral;
- CHEGA: Saudação ao Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Estes documentos já foram previamente distribuídos a todos os membros da Assembleia, pelo que todos têm conhecimento do seu conteúdo.

Pergunto, por isso, se podemos votar a inclusão dos cinco documentos em conjunto, em vez de procedermos à votação de cada um individualmente.

Há alguma objecção?

Não havendo objecções, vamos votar a inclusão dos cinco documentos. Aprovado por unanimidade.

Assim, e seguindo a ordem de entrada dos documentos na Mesa, dou a palavra ao Grupo Municipal do Partido Socialista para apresentar a Saudação ao Dia da Criança.

Saudação do PS "Ao Dia da Criança"

*Tomou a palavra a **Sra. Dulce Isabel Romão Félix do Nascimento** para apresentar a saudação, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU, quatro do PPD/PSD.CDS-PP).*

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O Sr. Presidente da Mesa:

Obrigado.

Vamos, então, abrir a discussão desta saudação.

Pergunto se algum grupo municipal se pretende inscrever para intervir.

Registo, para já, uma intervenção do Grupo Municipal do CHEGA e outra do Grupo Municipal da coligação PPD/PSD.CDS-PP.

A Sra. Carla Inácio do CH:

Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

O Dia da Criança é, sem dúvida, um dia de celebração para a Câmara Municipal. No entanto, a verdadeira preocupação com o bem-estar, a educação e o desenvolvimento das crianças deve existir durante todo o ano e não apenas em datas comemorativas.

É inaceitável que sejam assumidos compromissos com as escolas e com as suas famílias e que, posteriormente, esses compromissos não sejam cumpridos.

Um exemplo disso aconteceu no passado dia 30 de abril, quando estava prevista uma visita ao Palco da Fantasia por duas turmas da Escola António Matos Fortuna. Estava previsto que um autocarro transportasse as crianças para efetuarem o reconhecimento do palco, mas esse autocarro nunca apareceu.

Apesar das inúmeras tentativas de contacto para perceber o motivo da ausência do transporte, nunca foi prestada qualquer explicação. Até hoje, desconhecemos as razões do sucedido.

As crianças acabaram por não realizar o espetáculo na Fantasiarte, tendo sido necessário adaptá-lo a outro espaço, na Quinta do Anjo, onde veio a ser apresentado na semana passada.

Esta situação entristece-nos, porque todos afirmam preocupar-se com as crianças, mas, quando chega o momento de demonstrar, na prática, que elas são importantes para a nossa sociedade, as expectativas ficam muito aquém do esperado.

Todos devemos ter presente que as crianças são o nosso futuro. Não basta lembrarmo-nos delas apenas nas festas ou nas comemorações. Precisamos de cuidar das nossas crianças todos os dias, porque é nelas que está o futuro da nossa sociedade.

É igualmente importante garantir que as crianças e as respetivas famílias dispõem das condições necessárias, nomeadamente no acesso às escolas.

É positivo acolher todas as crianças que chegam ao nosso país, mas também é importante assegurar resposta para aquelas que já cá vivem. Existem atualmente pais que não conseguem vaga para matricular os seus filhos porque lhes é transmitido que a prioridade é dada às crianças que chegam de fora.

É uma situação que considero preocupante, quer no nosso país, quer no nosso concelho.

Penso que devemos ter respeito pelas nossas crianças e garantir que lhes são dadas as condições e a atenção que merecem, em vez de apenas valorizarmos aquilo que, em cada momento, mais nos convém.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado pela sua intervenção.

Tem agora a palavra o membro da Assembleia Municipal Carlos Vitorino, do Grupo Municipal da coligação PPD/PSD.CDS-PP.

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:

Obrigado, Senhor Presidente.

Começo por cumprimentar a distinta Mesa da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, todas as bancadas presentes, o distinto público, os representantes da

comunicação social, todos os que nos acompanham a partir de casa e, naturalmente, os trabalhadores da Câmara Municipal que aqui asseguram o apoio a esta sessão.

Relativamente à saudação em discussão, o nosso Grupo Municipal associa-se ao seu conteúdo e votará favoravelmente.

Aliás, entendemos que, havendo consenso entre todas as forças políticas, esta poderia ser uma saudação da própria Assembleia Municipal. Da nossa parte, naturalmente, estamos disponíveis para nos associar a essa possibilidade.

O Sr. Presidente da Mesa:

Tem agora a palavra Partido Socialista a Senhora Florbela Garcia, e finalmente a CDU, de acordo com a ordem de inscrições que tenho registado.

Tem a palavra.

A Sra. Florbela Garcia do PS:

Boa noite.

Eu queria apenas salientar o seguinte: não podemos, nem devemos, considerar que as nossas crianças têm de ser privilegiadas em relação às outras. Podemos, sim, criar condições de igualdade para todas.

Devemos garantir as mesmas oportunidades e as mesmas condições, e não partir do princípio de que quem vem de fora já se encontra numa situação de inferioridade. Não podemos penalizar as nossas crianças; deve existir igualdade para todas.

Relativamente a outro assunto que, por acaso, não foi mencionado nesta intervenção, queria referir que a segurança das crianças é muito importante, nomeadamente a sua segurança na via pública. Palmela é um atentado nesse aspeto.

O percurso que vai desde as Finanças até ao Retiro Azul, já ouvi dizer que iria receber um passadiço e que esse passadiço iria possibilitar a circulação das crianças em melhores condições. Felizmente, o meu filho já não frequenta esse trajeto, embora já lá tenham passado três filhos, mas considero que aquele percurso é muito perigoso, tanto para adultos como para crianças.

Não existem passeios, bermas, proteções ou qualquer outra condição de segurança. As crianças merecem mais do que isso. E nós também, porque precisamos de nos deslocar para trabalhar e precisamos de dar autonomia aos nossos filhos, permitindo que se desloquem por Palmela em segurança.

Era isto que queria acrescentar e deixar registado.

Obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Obrigado.

CDU, Ricardo.

O Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

Queria começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, todos os colegas presentes nesta Assembleia Municipal. Cumprimento também a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, o público presente, os trabalhadores do município, quem nos acompanha em casa e a comunicação social.

Relativamente a esta saudação do Dia da Criança, a bancada da CDU vai associar-se e votar favoravelmente esta saudação.

Queria, no entanto, deixar duas ou três notas sobre aquilo que tem sido feito no nosso concelho em prol das crianças.

Em primeiro lugar, há que salientar que existe um empenho consistente ao longo de todo o ano civil e do ano letivo, em particular, com um conjunto muito significativo de iniciativas. O Fantasiarte é uma imagem de marca com décadas no nosso concelho.

Naturalmente, por vezes, as coisas correm melhor, outras vezes existem pequenas falhas. E, como é referido na própria saudação, há sempre margem para fazer mais e melhor.

Uma das imagens de marca do executivo municipal prende-se precisamente com a resposta ao crescimento demográfico que o nosso concelho tem registado. É importante pensar, por exemplo, na construção de novas escolas e na requalificação das escolas existentes, porque percebemos que há um número crescente de crianças a chegar e que irão aumentar o número de alunos e alunas nas nossas escolas. Temos, por isso, de garantir as melhores condições, não apenas ao nível dos estabelecimentos de ensino.

Se pensarmos também em questões mais concretas, como aquilo que uma munícipe referiu há pouco relativamente ao comboio de bicicletas, verificamos que temos atualmente em execução um conjunto de ciclovias. Recordo, por exemplo, a ligação entre Cabanas e Quinta do Anjo, que permitirá potenciar a autonomia das crianças.

São projetos destinados a todos, naturalmente, mas que têm também como objetivo promover, desde cedo, a educação para a mobilidade e criar condições físicas para que as crianças possam deslocar-se com a autonomia que todos desejamos, contribuindo para que se tornem futuros cidadãos mais conscientes e participativos.

Era isto que queria deixar.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Não havendo mais intervenções, vamos então proceder...

Qual é a questão?

Peço, por favor, que seja sucinta.

A Sra. Dulce Nascimento do PS:

Com certeza, Senhor Presidente.

É apenas para dar nota aos colegas de bancada e a todos os presentes que nos estão aqui a acompanhar que, efetivamente, a questão relacionada com a colocação de crianças numa determinada escola é regulada por um decreto-lei e é da responsabilidade do Ministério da Educação.

A quem queira consultar e esclarecer estas questões, que naturalmente preocupam todos, sugiro a leitura do Decreto-Lei n.º 56/2026, de 16 de fevereiro. Este regime geral contempla todas as matérias relativamente ao ponto que foi aqui levantado e que foi muito bem colocado, sendo uma questão que também suscita algumas dificuldades e dúvidas ao cidadão comum, bem como a nós próprios.

Peço desculpa, mas considero que este é um instrumento importante para analisarmos, de forma a adquirirmos um conhecimento mais informado e consciente sobre esta matéria.

Muito obrigado, tenho dito.

O Sr. Presidente da Mesa:

Passamos então à votação da saudação ao Dia da Criança.

Aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CHEGA, dez do PS, e sete da CDU e quatro do PPD/PSD.CDS-PP)

O Sr. Presidente da Mesa:

Voto Pesar apresentado também pelo Partido Socialista “Maria Emília da Conceição Mondim da Cruz”.

Voto de Pesar do PS “Maria Emília da Conceição Mondim da Cruz”

Tomou a palavra o Sr. Diamantino de Sousa Pereira para apresentar o voto de pesar, que ficará apenso à ata, e que foi admitido por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU, quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

O Sr. Presidente da Mesa:

Sendo um voto de pesar, naturalmente que também será sujeito a votação.

Faria apenas aqui uma pequena recomendação: caso seja aprovado por todos, que este voto de pesar seja enviado à família, para que tenha conhecimento deste momento simbólico da Assembleia Municipal.

Isto é, se todas as forças políticas, naturalmente, se quiserem associar a este voto de pesar, não sei se pretendem acrescentar alguma palavra relativamente a este assunto.

CDU.

O Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

Sim. Podemos associar-nos realmente a este voto pesar

O Sr. Presidente da Mesa:

Então, vamos votar.

Aprovado, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CHEGA, dez do PS, e sete da CDU e quatro do PPD/PSD.CDS-PP)

O Sr. Presidente da Mesa:

Peço também, posteriormente, aos serviços que tomem nota e procedam ao envio deste voto de pesar à respetiva família.

Prosseguimos, então Moção pela requalificação do parque escolar, apresentada pela CDU.

Tem a palavra para apresentar o documento.

Faça favor.

Moção CDU “Requalificação do Parque Escolar”

Tomou a palavra a Sra. Mónica Alexandra Pereira da Costa para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU, quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Vamos, então, abrir a discussão da moção.

Quem pretende usar da palavra?

Registo uma intervenção da bancada PPD/PSD-CDS.

O Sr. Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

Boa noite. Obrigado, Senhor Presidente.

Na sua pessoa, cumprimento todos os elementos da mesa, bem como o senhor presidente da Câmara, todos os vereadores, os meus colegas de bancada, o público aqui presente, a comunicação social e todos aqueles que nos acompanham em casa.

Boa noite a todos.

Relativamente a esta moção, concordamos com alguns dos pontos apresentados, mas temos também algumas perspetivas diferentes.

Em primeiro lugar, não podemos deixar de referir que a criação desta transferência de competências partiu do Governo do PS, liderado pelo primeiro-ministro António Costa, na altura com o apoio da CDU, do Bloco de Esquerda e do PEV, que permitiu avançar com este processo de transferência de competências.

Ou seja, estamos agora a solicitar ao atual Governo medidas que terão de dar resposta a uma realidade que já vinha definida pelo anterior Governo do PS.

O que quero dizer com isto é que as medidas aqui descritas poderão ser implementadas, mas não de uma forma tão linear nem exatamente nos moldes apresentados, uma vez que implicam um conjunto de reestruturações orçamentais e uma análise mais aprofundada relativamente ao parque escolar e a todas as necessidades existentes para a reabilitação das escolas.

É uma realidade que conheço bem: muitas escolas necessitam efetivamente de obras de requalificação. No entanto, esta questão não pode ser encarada de uma forma simplista, e considero que esta moção não traduz totalmente a dimensão do trabalho que será necessário realizar.

Estamos perante a necessidade de resolver um problema que foi herdado, mas que exige uma abordagem mais abrangente e estruturada.

Tenho dito. Muito obrigado.

O Sr. Presidente da Mesa:

Obrigado.

Não registando mais nenhum pedido de intervenção, passamos então à votação da moção pela Requalificação do Parque Escolar.

Aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dez do CHEGA, dez do PS, sete da CDU) e quatro abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

O Sr. Presidente da Mesa:

Temos agora a saudação à vitória dos trabalhadores contra o pacote laboral, apresentada pela CDU.

Tem a palavra para a leitura da mesma.

Saudação CDU "À Vitoria dos Trabalhadores contra o Pacote Laboral"

*Tomou a palavra o **Sr. João Pedro Alves Ricardo** para apresentar a Saudação, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU, quatro do PPD/PSD.CDS-PP).*

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Pergunto se existem pedidos de intervenção.

PPD/PSD.CDS-PP

Não sei, não sei quem foi o primeiro: se foi o Chega ou se foi...

Partido Chega, depois PPD/PSD-CDS e, por fim, o Partido Socialista.

O Sr. João Lemos do CH:

Cumprimento o excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal de Palmela e restantes membros da mesa, assim como a digníssima senhora presidente da Câmara Municipal e o seu executivo, os excelentíssimos membros da Assembleia Municipal e todos os cidadãos e cidadãs presentes.

Num país onde demasiadas vezes se evita discutir assuntos difíceis, é essencial que existam vozes capazes de colocar no centro do debate os direitos dos trabalhadores, a dignidade de quem trabalha e o equilíbrio necessário entre justiça social, produtividade e futuro económico.

A legislação laboral não é apenas um conjunto de normas jurídicas; é aquilo que regula a vida de milhões de portugueses, os seus horários, os seus salários, a sua estabilidade, a sua proteção e a sua esperança num futuro melhor.

Por isso, trazer este tema ao debate parlamentar é prestar um serviço à democracia. É obrigar o país a discutir, com seriedade e responsabilidade, aquilo que realmente importa para as famílias, para as empresas e para todos aqueles que vivem do seu trabalho.

Independentemente das diferenças partidárias, deve ser reconhecido o mérito de quem não foge ao debate e assume a responsabilidade de enfrentar temas difíceis.

André Ventura trouxe esta discussão para o lugar certo: a Assembleia da República, onde os problemas dos portugueses devem ser debatidos com coragem, clareza e sentido de missão.

André Ventura colocou este tema no centro do debate político e acabou por votar contra a proposta apresentada, por considerar que a mesma não protegia suficientemente os trabalhadores.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

PPD/PSD.CDS-PP.

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:

Ora, mais uma vez, muito boa noite.

Portanto, já efetuei os cumprimentos iniciais. Referindo-me agora a esta moção, penso que, desde já, devo dizer que a nossa bancada irá votar contra a mesma.

No entanto, gostaria de referir que esta moção tem, de facto, uma omissão e contém alguns aspetos com os quais teremos, naturalmente, de discordar.

Tem uma omissão porque, tal como foi agora referido pela bancada do Chega, também deveria constar aqui uma saudação ao Chega e à posição assumida pelo seu presidente, André Ventura, que, num determinado momento, teve uma tomada de posição e que, legitimamente, dentro das suas competências, no dia seguinte alterou essa mesma posição.

Tanto que, quando se levantaram os primeiros elementos da bancada do Chega, foi visível alguma confusão junto do restante grupo parlamentar. Contudo, acabaram todos por votar e assumir a sua posição.

Considero, portanto, que a ausência de uma referência ao Chega e a André Ventura é, de facto, uma omissão.

Mas, deixando esta questão de lado, vamos a algo mais profundo.

Todos sabem que, quando foi apresentada a moção relativamente ao pacote laboral, tive uma posição que, inclusivamente, foi diferente da minha bancada. Não votei favoravelmente essa moção — salvo erro, foi em Palmela, na sessão que realizámos nos Loureiros.

No entanto, enquanto membro da UGT e dirigente sindical, tomei uma posição diferente, tendo optado pela abstenção.

Mas vamos então à questão da saudação à CGTP-IN e a todo o movimento sindical unitário, cujo papel decisivo na promoção da luta e da unidade foi fundamental para este feito.

Ou seja, os senhores saúdam aqui a CGTP-IN e os sindicatos do movimento sindical unitário, que são aqueles que nunca me negoceiam, que nunca se sentam na concertação social, que se afastam e depois regressam quando pretendem voltar a participar, deixando de fora a UGT, onde estão maioritariamente representados socialistas e sociais-democratas, que sempre negociaram e que, neste caso, acabaram também por rejeitar as propostas do Governo.

Ora, a UGT nasceu da ideia de um homem, Salgado Zenha, e foi apoiada por dois dirigentes que foram ambos primeiros-ministros, sendo que um deles chegou a presidente da República e o outro desapareceu, infelizmente, demasiado cedo. Refiro-me a Mário Soares e a Sá Carneiro, que lutaram precisamente contra a unicidade sindical e pela democracia sindical, permitindo que as pessoas pudessem escolher e criar livremente os seus sindicatos.

Esta omissão faz, de facto, com que o nosso voto seja desfavorável, para além de outras questões que poderíamos aqui abordar. Mas considero que esta omissão não é inocente.

Penso que, desde 1975, ainda permanece essa questão de que o Partido Socialista e o PPD, na altura, enfrentaram a unicidade sindical e libertaram o movimento sindical de uma única corrente.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Partido Socialista.

O Sr. João Estróia Vieira do PS:

Excelentíssimo Senhor Presidente, muito boa noite.

Boa noite, Senhora Presidente, executivo. Boa noite a todos os presentes e a todos os fregueses.

É de saudar, mais uma vez, a realização das Assembleias Municipais descentralizadas, que promovem sempre uma maior proximidade e permitem reforçar algumas considerações.

A primeira delas é reforçar aqui o meu reconhecimento ao camarada André Ventura. Também eu o faço, por se ter juntado ao lado certo desta história.

As alterações propostas pelo Governo assentavam numa visão ideológica e procuravam, sobretudo, desequilibrar as relações laborais a favor das entidades patronais, fragilizando direitos conquistados ao longo de décadas de democracia e de concertação social.

O desenvolvimento económico, parece óbvio para todos menos para o Governo, não se constrói à custa dos trabalhadores, mas sim com trabalhadores valorizados, protegidos e devidamente remunerados. Essa é, precisamente, a nossa grande preocupação.

A competitividade das empresas e o crescimento da economia devem assentar na qualificação, na inovação e na produtividade, e não na degradação das condições laborais, que era aquilo que este pacote laboral promovia.

Reforçamos, ainda assim, a omissão relativamente à UGT. Apesar de a moção referir todo o movimento sindical, não nos parece uma questão grave, mas deixamos essa nota e voltamos a reforçar essa preocupação.

Gostamos muito de ver a bancada do Chega a defender a democracia da República. Esperamos encontrar essa convergência em mais matérias no futuro.

Disse, Senhor Presidente.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Aqui para uma nota de rodapé, Jorge.

O Sr. Jorge Martins do CH:

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Cumprimento todos os presentes e todos aqueles que nos acompanham em casa, na sua pessoa.

Primeiro ponto: a representação dos trabalhadores.

Segundo dados do GEP, temos em Portugal cerca de 7% de trabalhadores sindicalizados. São poucos sindicalizados quando comparados com a realidade do resto da Comunidade Europeia. Portanto, isto deve fazer refletir os movimentos sindicais, que deverão pensar sobre esta questão.

A maioria dos nossos eleitores são trabalhadores. Não é o grande capital que vota no Chega; são trabalhadores.

Tivemos 1.169.839 votos. A CDU teve cerca de 205 mil votos, um pouco mais. Quem representa mais trabalhadores somos nós, bastante mais do que vocês, e estamos em crescimento.

Somos um partido de trabalhadores de direita, que acredita que o progresso e a melhoria das condições de vida se conseguem através da cooperação entre empresários e trabalhadores. Mas não admitimos que, nesse processo, os trabalhadores percam direitos.

As leis laborais têm de evoluir, mas não podem prejudicar os trabalhadores.

Relativamente à chamada negociação, a verdade é que não houve negociação nenhuma. O Governo não cedeu rigorosamente em nada. Houve apenas alguma alteração relativamente à amamentação, mas depois voltou ao mesmo.

Como é que poderíamos aprovar algo assim? Não é possível.

Portanto, não houve negociação. Estão a aproveitar politicamente esta questão. A comunicação social está a ajudar, mas vamos ver o que realmente se passou e depois falaremos.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado também pela intervenção.

Creio que a CDU ainda não fez nenhuma intervenção neste ponto, a não ser a leitura, certo? Penso que não estou equivocado.

Então, tem a palavra.

O Sr. João Pedro Ricardo:

Queria fazer aqui dois esclarecimentos.

Em relação aos acordos da CGTP e à imagem que, muitas vezes, passa nas redes sociais e até na comunicação social, de que a CGTP nunca assina nada, isso é completamente falso.

A CGTP assina acordos, provavelmente todas as semanas, e já assinou acordos em sede de concertação social. A diferença é que não está disposta a vender-se nem a assinar qualquer coisa a qualquer preço, como eventualmente outros fazem. Mas isso é outra questão.

Relativamente à representatividade dos trabalhadores e dos sindicatos, também é uma questão interessante de abordar.

É verdade que temos uma sindicalização muito baixa no nosso país, o que é negativo para todos. Mas também importa perguntar qual é a representatividade dos trabalhadores peço desculpa, dos patrões nas chamadas associações patronais representativas. Sobre isso também pouco se fala.

Se é para discutirmos a representatividade de uns, temos de discutir igualmente a representatividade dos outros.

Quanto aos arrufos entre partidos, parece quase um casal de namorados chateado entre o PS e o Chega, não vou entrar nessa questão.

A ideia que passou foi a de que foi graças à pressão dos trabalhadores que o Chega alterou a sua posição relativamente ao voto. Isso pareceu claro para muitos.

Se calhar, alguns podem não admitir, e acredito que não seja fácil fazê-lo, mas foi essa a perceção que ficou: que foi graças aos trabalhadores na rua e à força da greve que essa alteração aconteceu.

E é tudo, para já.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito bem.

Então, peço que enviem essa alteração aos serviços, por favor. Está bem?

Muito bem. Passamos, então, à votação da saudação.

Aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor (dez do PS, e sete da CDU) e dez abstenções do CHEGA, e quatro votos contra do PPD/PSD.CDS-PP.

O Sr. Presidente da Mesa:

Por último, temos uma saudação enviada pelo Partido Chega: "Saudação ao Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas".

Portanto, peço à bancada do Chega que proceda à leitura da saudação.

Saudação CHEGA "Ao Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas"

*Tomou a palavra o **Sr. André Miguel Félix Mamede** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU, quatro do PPD/PSD.CDS-PP).*

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Relativamente a esta saudação, não sendo uma saudação ideológica, mas sim uma saudação que evoca efetivamente o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, pergunto se existe alguma associação a esta saudação, para que possa sair em nome da Assembleia.

Não havendo essa possibilidade, dou então a palavra a quem se pretende inscrever relativamente a esta saudação.

CDU.

A Sra. Érica Ribeirinho da CDU:

Boa noite novamente a todos.

Vou ter de discordar aqui do senhor presidente. Considero que esta saudação é claramente ideológica.

Com isto, quero dizer que a CDU não se revê no que está aqui escrito, muito menos na forma como está apresentado. Considero que existe um objetivo político evidente por detrás desta saudação, nomeadamente esta tentativa contínua de reescrita da história.

Quando aqui se refere a entidade nacional, a CDU não considera que esta esteja em causa. Entendemos, sim, que a soberania nacional está em causa. E as razões pelas quais a soberania nacional está em causa não estão aqui referidas em momento algum; pelo contrário, muitas vezes são até compactuadas pelo Chega.

Relativamente à afirmação de que esta seria a data maior da nossa história, também não nos parece que seja este o entendimento correto. Para nós, a data maior da nossa história é o 25 de Abril, que foi construído pelo povo, pelos portugueses, para os portugueses e para os povos.

Por isso, não nos podemos rever nesta saudação.

Ainda bem que acham engraçado e que estão a concordar, mas reforço: não nos podemos rever numa saudação que é claramente ideológica e que tem um objetivo político bastante evidente.

Votaremos contra.

O Sr. Presidente da Mesa:

Mais alguma bancada pretende fazer intervenção?

PPD/PSD.CDS-PP.

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:

Bom, quando se trata de reescrever a história, lembro-me de um antigo ditador, de seu nome Estaline, que apagava das fotografias de grupo aqueles que, por alguma razão, iam desaparecendo.

Sinceramente, não vejo em nada desta saudação apresentada pelo Chega algo que seja atentatório da nossa história. Considero que é uma saudação factual, bem elaborada e que, de facto, evoca o Dia de Portugal.

Se este seria o dia ideal para celebrar Portugal, o Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas, essa já poderia ser uma discussão diferente. Poderia, por exemplo, discutir-se se a data da declaração de independência em 1143 seria uma alternativa, entre outras possibilidades.

Mas, de facto, as datas mais importantes da nossa história não se resumem ao 25 de Abril. É uma data importante na história contemporânea, mas não é a data mais importante da história de Portugal. Se não tivessem existido todas as evoluções anteriores da nossa história, Portugal não existiria hoje.

Foi graças à ação e à resistência de homens e mulheres ao longo dos séculos que o nosso país conseguiu sobreviver. Recordo, por exemplo, que o Jorge trouxe na última Assembleia a referência à Batalha dos Atoleiros e à resistência durante as invasões, entre tantos outros momentos marcantes.

Camões, que morreu após a perda da independência, assistiu a um período difícil da nossa história, mas Portugal recuperou a sua independência 60 anos depois. Um país limitado entre o mar e Espanha conseguiu manter-se durante cerca de 900 anos.

Portanto, o 25 de Abril tem a sua importância, mas não considero que seja o acontecimento mais importante da nossa história.

Gostaria apenas de sugerir uma alteração na parte final da saudação: acrescentar uma referência aos antigos combatentes e às forças de segurança, em vez de mencionar apenas os militares no ativo. Penso que seria uma questão de elementar justiça.

Ainda recentemente estive no Dia da Marinha, em Setúbal, onde conversei com antigos militares e com elementos no ativo, tendo tomado conhecimento das dificuldades que atualmente enfrentam.

Considero que esta seria uma alteração justa e importante.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Partido Socialista.

O Sr. Álvaro Rebelo do PS:

Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, saúdo os restantes elementos da mesa.

Boa noite, senhora presidente da autarquia, restantes vereadores, caros membros das bancadas das diferentes forças políticas, público presente e todos aqueles que nos acompanham em casa.

A bancada do Partido Socialista irá associar-se a esta saudação apresentada pelo Chega.

Não vemos aqui qualquer vertente ideológica; vemos apenas uma saudação ao Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Como foi referido pelo membro do PSD, não existe aqui qualquer tentativa de reinventar a história. É o Dia de Portugal, é o Dia de Camões, é o Dia das Comunidades Portuguesas, e importa assinalá-lo tal como ele é, tal como existe, reconhecendo aquilo que representou na construção do que somos hoje e do que poderemos ser no futuro.

Tenho dito.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Não registando mais pedidos de intervenção, passamos então à votação da saudação ao Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Com esta menção, não sei se o Partido Chega está disponível para incluir a questão dos militares, conforme foi aqui proposto.

Pronto, então façam chegar essa versão posteriormente.

Muito bem.

Votamos.

Aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor (dez do CHEGA, dez do PS, quatro do PPD/PSD.CDS-PP) e sete votos contra da CDU.

O Sr. Presidente da Mesa:

Terminamos, assim, esta parte do período antes da ordem do dia.

Não obstante, tenho de colocar aqui à apreciação e votação as atas.

A Ata número sete, de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e seis, foi aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU) e quatro abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A Ata número oito, de vinte e sete de maio de dois mil e vinte e seis, foi aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU e quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

A Ata número nove, de oito de junho de dois mil e vinte e seis, foi aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU e quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

O Sr. Presidente da Mesa:

Pergunto agora se existe algum pedido de intervenção ou de esclarecimento à Senhora Presidente, ainda dentro do período antes da ordem do dia.

Registo dois pedidos de intervenção: primeiro, da bancada PPD/PSD-CDS e, depois, do Partido Chega.

O Sr. Luis Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

Muito obrigado, senhor presidente, mais uma vez.

Venho trazer aqui alguns assuntos. Queria começar por um agradecimento à Comissão das Festas da Feira Comercial Agrícola do Poceirão, na sua 36.^a edição, que decorreu entre os dias 12 e 14 de junho.

Gostaria de agradecer o trabalho desenvolvido, apesar das contrariedades que surgiram. Conseguiram levar a feira a bom porto, com um relativo sucesso, dentro daquilo que era possível, concretizando, uma vez mais, aquela que é uma tradição desta terra. Esperamos que esta tradição não se perca e que, para o próximo ano, possamos contar com ainda mais pessoas e com o mesmo empenho.

Quero deixar um agradecimento especial ao Senhor Presidente da Comissão da Feira, o Senhor Leandro Rocha, e, através dele, a todas as pessoas que trabalharam arduamente, às várias coletividades e a todos aqueles que se disponibilizaram para ajudar. A todos eles, o nosso sincero agradecimento pelo enorme esforço e dedicação.

Em segundo lugar, já me dirigindo ao Executivo, Senhora Presidente, ouvimos falar várias vezes, esta noite, sobre a questão do lixo. Não quero repetir aquilo que já aqui foi dito, mas gostaria de transmitir algumas preocupações que nos têm sido apresentadas por vários fregueses da União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

Uma das observações mais frequentes prende-se com a escassez de papeleiras junto dos pequenos estabelecimentos comerciais. O que acaba por acontecer é que muitos resíduos acabam por ser deixados no chão. Por exemplo, na localidade do Poceirão, as papeleiras concentram-se praticamente na zona do jardim.

Na Marateca existem apenas duas ou três na zona do Sobreiro e mais uma ou duas dispersas por outros locais.

Assim, junto dos estabelecimentos comerciais acaba por haver uma maior acumulação de lixo, simplesmente porque não existem locais adequados para o depositar. Chega mesmo a verificar-se a colocação de resíduos dentro dos vasos existentes no espaço público. Julgo que poderíamos melhorar significativamente a higiene urbana com a instalação de algumas papeleiras em pontos estratégicos, respondendo assim a esta necessidade.

Outra grande questão que se coloca na nossa freguesia é a falta de creches com berçário. Muitos jovens casais com bebés ou recém-nascidos enfrentam enormes dificuldades para encontrar vaga. Tirando a oferta existente nas Lagameças, que é bastante reduzida, praticamente não existem alternativas na nossa freguesia, obrigando muitas famílias a procurar soluções fora dela.

Na Marateca existe a resposta dos "Cenourinhas", mas também com uma capacidade muito limitada. A oferta é claramente insuficiente.

Aquilo que gostaríamos de propor ao Executivo é que procurasse articular com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) que já desenvolvem atividade nas freguesias, promovendo uma maior oferta de lugares em berçário. Se não houver respostas para os bebés, dificilmente conseguiremos criar condições favoráveis à natalidade. Trata-se de uma necessidade recorrente e muito sentida pelas famílias das nossas freguesias.

Em terceiro lugar, gostaria de abordar uma questão que não depende exclusivamente da Câmara Municipal, mas em relação à qual poderá existir alguma intervenção ou articulação institucional: os carregadores para veículos elétricos.

A transição para a mobilidade elétrica está em curso e existem cada vez mais veículos elétricos na nossa freguesia e no concelho. No entanto, nas nossas duas freguesias apenas existem dois carregadores públicos em funcionamento, um em cada localidade. Na Marateca chegaram a existir dois, mas um ficou inutilizado devido ao furto dos cabos. Temos ainda o carregador existente na CPSA, mas, dentro da localidade do Poceirão, existe apenas um carregador público.

Falo, inclusivamente, por experiência própria. Já tive de esperar cerca de 30 minutos para poder iniciar um carregamento. Se existirem dois ou três veículos à espera, facilmente se acumulam duas horas de espera, o que nem sempre é compatível com as necessidades das pessoas.

Seria importante aumentar a oferta, instalando mais um ou dois carregadores, e procurar igualmente soluções que permitam proteger os equipamentos contra o furto dos cabos, um problema que se tem repetido com alguma frequência.

Outra questão que já referi em anteriores Assembleias, embora noutro contexto, é aquela que considero ser um verdadeiro flagelo: a proliferação de contentores habitacionais e de construções pré-fabricadas espalhadas pelo território.

Esta realidade é cada vez mais visível nas nossas freguesias e também noutros pontos do concelho. Multiplicam-se aquilo a que poderíamos chamar, de forma figurada, "urbanizações de contentores", implantadas de forma dispersa e sem qualquer integração urbanística.

Esta situação não valoriza o território, antes pelo contrário. Acaba por desqualificar a paisagem, desvalorizar o património e tornar o concelho menos atrativo, quer para quem aqui vive, quer para quem pretende investir.

Gostaria, por isso, de saber se o Executivo tem previsto algum procedimento ou estratégia para enfrentar esta situação.

Outra questão prende-se com o novo posto da GNR do Poceirão, cuja obra está praticamente concluída. Devo dizer que o edifício ficou bastante apelativo do ponto de vista arquitetónico.

O anterior Executivo chegou a referir a intenção de criar medidas que permitissem captar e fixar militares da GNR no nosso concelho, assegurando assim um efetivo suficiente para o funcionamento pleno do posto.

Gostaria de saber se essa intenção se mantém por parte do atual Executivo. Refiro-me, por exemplo, à possibilidade de criar incentivos semelhantes aos existentes para outras entidades, como os bombeiros,

através de reduções em tarifas municipais ou outros benefícios que tornem o concelho mais atrativo para os militares e respetivas famílias.

Outra preocupação que alguns munícipes nos têm transmitido prende-se com a falta de uma estratégia de desenvolvimento económico para a freguesia da Marateca.

Na verdade, trata-se de uma freguesia com uma localização privilegiada. Dispõe de excelentes acessibilidades, nomeadamente através da A2, da A13, da A12 e da ligação ferroviária. Ou seja, reúne condições muito favoráveis para a instalação de empresas, plataformas logísticas e outras atividades económicas.

No entanto, analisando o atual Plano Diretor Municipal, não conseguimos identificar uma estratégia clara para a criação dessas áreas de desenvolvimento empresarial.

Trata-se de uma zona que necessita de emprego, sobretudo emprego qualificado, capaz de gerar riqueza e fixar população. Assim, gostaria de saber se o Executivo tem alguma estratégia prevista para potenciar o desenvolvimento económico da freguesia de Águas de Moura e da Marateca.

Por último, gostaria de retomar um tema que surgiu há pouco, quando a Senhora Presidente respondeu às intervenções dos fregueses e ao Senhor Presidente da Assembleia relativamente à questão da saúde mental.

A Senhora Presidente referiu que estava a ser feita uma comparação entre uma freguesia de Lisboa e a nossa realidade. Eu gostaria apenas de deixar uma reflexão.

Qualquer Executivo define prioridades e estabelece uma estratégia de atuação. Naturalmente, não é possível fazer tudo ao mesmo tempo. No entanto, considero que a saúde mental deve assumir um lugar de maior prioridade.

Trata-se de um problema de saúde pública muito sério, frequentemente silencioso e pouco visível. Muitas vezes pensamos que está tudo bem e, na realidade, não está.

Talvez fosse possível reforçar esta área, ajustando prioridades e afetando recursos de outra forma, de modo a proporcionar um maior apoio às nossas populações.

Importa recordar que vivemos num território predominantemente rural, onde o isolamento é mais frequente do que nos grandes centros urbanos. Nestas circunstâncias, os problemas de saúde mental tendem a passar mais despercebidos, precisamente porque a população se encontra mais dispersa.

É por isso que volto a trazer este tema. Considero que merece uma atenção especial e espero que possa ser ponderado pelo Executivo.

Tenho dito, Senhor Presidente.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Senhor Bernardo, Presidente da União de Freguesias Poceirão e Marateca, tem a palavra.

O Sr. Bernardo Meneses do CH:

Boa noite, Senhor Presidente.

Quero cumprimentar também a Senhora Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, os restantes Deputados desta Assembleia e todos os fregueses presentes.

Tinha aqui alguns temas que gostava de abordar esta noite.

O primeiro prende-se, na ausência da Senhora Vereadora Fernanda Pésinho, com a questão das caldeiras das escolas desta freguesia.

Temos dois jardins de infância Lagameças e Lagoa do Calvo e mais três escolas: Cajados, Águas de Moura e José Saramago. Durante o último inverno, todas enfrentaram graves problemas com as caldeiras. E, quando digo graves problemas, permitam-me a expressão, andaram todos a rapar frio.

Foi uma situação que envergonha qualquer pessoa. Houve pais a levarem aquecedores a óleo para a Escola de Cajados, alunos com cobertores e alunos de kispó vestidos durante as aulas. Foi uma situação completamente surreal e que não é admissível em 2025/2026.

Na ausência da Senhora Vereadora Fernanda Pésinho, que hoje não está presente para responder a esta questão, quero dizer que tenho falado algumas vezes com o Senhor Vereador José Carlos Sousa, que tem acompanhado este assunto e tem procurado ajudar.

A minha pergunta é muito simples: se hoje fosse 25 de junho, ou melhor, se estivéssemos já a 15 de novembro ou a 1 de dezembro, quando normalmente começamos a ligar os aquecimentos, estarão todas as caldeiras das escolas e dos jardins de infância desta freguesia em pleno funcionamento?

Ou seja, haverá condições para garantir conforto térmico a todas as crianças, evitando que se repita aquilo que aconteceu durante o inverno de 2025?

Faço esta pergunta porque este é o momento certo para resolver o problema. Gostava de saber se, desde então, foi implementado algum plano de manutenção preventiva, se todas as avarias foram corrigidas ou se vamos chegar novamente a novembro e dezembro e voltar a assistir a pais a levarem aquecedores para as escolas, crianças de kispó nas salas de aula e alunos a passarem frio.

Não podemos permitir que isto volte a acontecer. Basta que as caldeiras estejam operacionais e quem tem a responsabilidade de as ligar o faça no momento certo para que todos tenham as condições de conforto a que têm direito.

Este era o primeiro tema.

O segundo tema é o lixo.

Muito já se falou sobre este assunto. Tenho tido também várias conversas com o Senhor Vereador José Paulo Garcia. No início do ano foi realizada a denominada "Operação Contentor", na sequência de um pedido da Junta de Freguesia à Câmara Municipal, que respondeu com a colocação de cerca de quarenta contentores adicionais.

Ainda assim, a situação do lixo continua a ser um verdadeiro descalabro.

Como disse a Senhora Presidente da Câmara, este não é um problema exclusivo da nossa freguesia. Basta percorrer o país para perceber que, para muita gente, a preocupação com o ambiente fica apenas no discurso. Ensina-se às crianças que devem reciclar e separar os resíduos, mas muitos adultos comportam-se exatamente ao contrário.

Falando da nossa freguesia, porque é essa que me compete representar, aquilo que temos assistido é uma situação completamente inaceitável.

Pelo que consegui apurar, herdou-se uma frota de viaturas de recolha de resíduos completamente degradada e sem manutenção adequada. Isso faz com que não seja possível assegurar uma recolha regular. Na minha opinião, seria desejável que existissem, pelo menos, três recolhas semanais para garantir um serviço minimamente eficaz.

No entanto, desde que tomámos posse, há locais da freguesia onde existe apenas uma recolha semanal, quando existe. Naturalmente, o resultado está à vista: acumulação de lixo e contentores constantemente sobrelotados.

A este problema junta-se outro, que já aqui foi referido pelo Luís: a proliferação de casas modulares.

O Luís utilizou uma expressão mais simpática. Eu direi as coisas como as vejo: aquilo que está a surgir na nossa freguesia são, na sua maioria, barracas. Todos os dias aparecem novas construções. Se não travarmos esta situação rapidamente, qualquer dia teremos uma verdadeira freguesia de barracas.

Em março realizámos um levantamento, que certamente nem sequer será exaustivo, porque existem zonas onde não conseguimos aceder, e identificámos 81 construções deste tipo. Esse levantamento foi enviado à Senhora Presidente da Câmara e a resposta que recebemos foi de que o Senhor Vereador Pedro Taleço estaria a acompanhar o processo.

Na última Assembleia de Freguesia tive oportunidade de falar com o Senhor Vereador sobre este assunto. Foi-me explicado que está prevista a aquisição de um software, no valor aproximado entre 80 a 100 mil euros, capaz de recorrer a imagens de satélite para comparar o antes e o depois das construções.

Com todo o respeito, isso, para mim, resolve muito pouco. O que faz falta é fiscalização no terreno e impedir que continuem a surgir construções ilegais.

Uma casa modular está sujeita exatamente às mesmas regras que qualquer outra habitação. Tem de cumprir as normas urbanísticas, obter licenciamento e pagar todas as taxas legalmente previstas.

Não podemos aceitar que haja quem faça uma ligação elétrica, abra um furo ilegal, instale fossas sépticas e coloque vários contentores habitacionais num terreno, explorando-os economicamente sem cumprir a lei nem pagar os impostos devidos. Essa é a realidade que estamos a viver na nossa freguesia.

Na semana passada enviei ao Senhor Vereador Pedro Taleço fotografias de um terreno situado na Estrada de Fernando Pó, entre Águas de Moura e o Bairro da Margaça, onde já existem duas casas modulares e onde tudo indica que poderão surgir muitas mais. Se não atuarmos rapidamente, estaremos a pactuar com a ilegalidade e eu não aceito isso. As pessoas confiaram em mim e na equipa que apresentei nas eleições de 13 de outubro precisamente para combater a ilegalidade. Foi para isso que fomos eleitos e tomámos posse no dia 30 de outubro. Na próxima semana, quando os Senhores cá vierem, faço questão de vos levar a esse local para verificarem aquilo que está a acontecer.

Voltando ao tema do lixo, esta realidade das casas modulares veio alterar completamente a dinâmica da freguesia.

Os contentores existentes foram dimensionados para um determinado número de habitantes. Hoje vivem muito mais pessoas em muitos desses locais e, naturalmente, o número de contentores tornou-se insuficiente.

É necessário reforçar a recolha, aumentar a fiscalização e agir sobre quem deposita resíduos de forma ilegal.

Gostava ainda de referir outro aspeto, nós, na Junta de Freguesia, perdemos diariamente imenso tempo a responder a e-mails, telefonemas e reclamações relacionadas com o lixo dos contentores.

Importa esclarecer que a responsabilidade da Junta é a recolha de monos e não a recolha do lixo doméstico dos contentores.

Infelizmente, muitas vezes tudo acaba misturado, gerando confusão junto da população.

Naturalmente, também reconhecemos que podemos melhorar alguns procedimentos relativamente à recolha de monos, mas há situações absolutamente inacreditáveis. Ainda antes desta Assembleia falávamos sobre um caso ocorrido em Cajados, Foi limpa uma determinada rua, onde havia frigoríficos, sofás e outros monos espalhados, chegando mesmo a impedir a circulação. Dois dias depois, estava praticamente tudo igual, isto revela uma enorme falta de civismo.

Há também fortes indícios de que muitas pessoas de fora vêm depositar resíduos na nossa freguesia, tal como poderá haver habitantes daqui que façam o mesmo noutras freguesias. Esta situação tem de mudar.

Os quarenta contentores adicionais que solicitámos no início do ano eu tinha pedido cinquenta foram importantes e agradeço esse reforço. Contudo, face ao aumento da população e à proliferação destas construções ilegais, já não chegam.

Outro tema que gostaria de abordar diz respeito às obras de requalificação em Águas de Moura.

Pelo que me foi transmitido por vários comerciantes, muitos deles nunca foram ouvidos relativamente ao projeto que veio a ser executado. As obras avançaram, naturalmente existia um projeto e um desenho para a intervenção, mas vários comerciantes dizem que nunca foram consultados. O resultado foi a eliminação de muitos lugares de estacionamento, o que, segundo afirmam, está a prejudicar significativamente a atividade comercial. Limito-me a transmitir aquilo que me foi dito.

Na minha opinião, teria sido importante ouvir previamente quem ali trabalha e conhece diariamente a realidade daquela zona.

Por último, gostaria de abordar a questão da imigração.

Recentemente foram divulgados dados que mostram que Portugal passou de cerca de 10,75 milhões para aproximadamente 11,4 milhões de habitantes, representando um aumento muito significativo da população estrangeira. Ao longo dos últimos quatro anos entrou um elevado número de imigrantes, em consequência das políticas então adotadas.

Também têm vindo a público vários casos relacionados com redes de imigração ilegal, auxílio à imigração clandestina, emissão irregular de documentos, lavagem de dinheiro e outras situações que estão atualmente sob investigação das autoridades.

Chegando à realidade da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, aquilo que verificámos foi que, durante o mandato anterior, foram emitidos 1.424 atestados de residência relativos a apenas 34 moradas.

Este assunto nunca tinha sido trazido a esta Assembleia.

Enquanto Presidente de Junta, assino diariamente atestados de residência para as mais diversas finalidades bancos, escolas, Autoridade Tributária, provas de vida, entre muitas outras. O que não podemos aceitar é que existam dúvidas sobre a emissão destes documentos em situações que poderão não corresponder à realidade. Por esse motivo, no início de janeiro apresentámos uma participação ao Ministério Público, juntando toda a informação que reunimos relativamente ao que ocorreu durante os últimos quatro anos.

Agora caberá à Justiça fazer o seu trabalho e apurar os factos, mas considero que este assunto tem de ser conhecido e discutido publicamente...

O Sr. Presidente da Mesa:

Desculpem, desculpem estar aqui a interromper. Chegámos agora à meia-noite e estamos aqui apenas para votar a continuação dos trabalhos.

Portanto, vamos votar a continuação dos trabalhos, tendo em conta que já passa da meia-noite.

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:

Senhor Presidente, posso, antes da votação, dizer apenas uma coisa relativamente a esta questão?

Penso que poderíamos votar a continuação dos trabalhos, esgotar o período de antes da ordem do dia e, posteriormente, votar a continuação da sessão. Uma coisa é votar a continuação dos trabalhos até ao final deste período; outra será aprovar uma continuação da assembleia por tempo indeterminado.

Portanto, penso que poderíamos esgotar este período para evitar que, depois, logo no ponto um da ordem do dia, aconteça o que já sucedeu em assembleias anteriores, isto é, o Senhor Presidente acabar por prescindir de intervenções sobre esse ponto e estarmos aqui a querer terminar a assembleia à pressa.

Assim, a nossa posição é a de terminar o período de antes da ordem do dia e continuar a sessão numa outra data, evitando estarmos aqui até à uma, duas ou três da manhã ou, então, chegar a determinada altura e querer apressar aquilo que, até agora, não foi apressado.

Eu trabalho por turnos e amanhã estou à vontade, porque entro às 15 horas. No entanto, há aqui muita gente que, de certeza, amanhã começará a trabalhar de manhã e, portanto, é esta a nossa posição.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Respondendo apenas a essa questão, e dirigindo-me à bancada do PSD, quero dizer que isto não tem nada a ver com pressa. Não, não há pressa nesse sentido. Aliás, têm tido total liberdade para falar e expor aquilo que são as vossas ideias.

O novo Regimento, que será aqui apreciado, já prevê grelhas de tempo, por uma questão de gestão e de melhor funcionamento da Assembleia, precisamente para evitar, como aqui já foi referido, que tenhamos

assembleias que se prolonguem indefinidamente. O que se pretende é que, naturalmente, todas as forças políticas disponham de espaço para fazer as suas intervenções, mas que exista também equidade, bom senso e uma gestão equilibrada desses mesmos tempos.

Posto isto, o PSD apresentou a proposta de interrompermos esta Assembleia quando terminar o período de antes da ordem do dia e prosseguirmos a sessão numa data posterior ou, em alternativa, votarmos a continuação dos trabalhos ainda nesta sessão.

Assim, gostava de ouvir as restantes bancadas antes de proceder a qualquer votação.

Sendo assim, tem a palavra o Partido Socialista.

O Sr. Álvaro Rebelo do PS:

Boa noite, mais uma vez.

O nosso posicionamento é de votar contra a continuidade da sessão, uma vez que ainda não chegámos à ordem de trabalhos.

O Sr. Presidente da Mesa:

Assim, entendemos que a sessão deverá prosseguir noutra data, após a conclusão do período de antes da ordem do dia.

Muito bem.
CDU.

O Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

Senhor Presidente, atendendo ao adiantado da hora e ao facto de ainda não termos entrado no período da ordem do dia, penso que poderíamos concluir este período de antes da ordem do dia e agendar uma segunda data para retomarmos os trabalhos.

Pode não ser muito fácil encontrar essa data, mas, enfim, não sei se amanhã será possível ou, em alternativa, na próxima semana. De qualquer forma, poderá não ser fácil encontrar uma segunda data, mas essa seria a nossa proposta.

O Sr. Presidente da Mesa:

Agradeço a questão.

Dou agora a palavra ao Partido Chega. Já lhe volto a dar a palavra, mas o Jorge pediu para intervir primeiro, apenas para encerrarmos este tema.

O Sr. Jorge Faria do CH:

Boa noite.

Nós concordamos com as restantes forças partidárias e, devido ao adiantado da hora, entendemos que esta Assembleia deverá ser adiada para outra data, em que exista disponibilidade de todos os membros.

O Sr. Presidente da Mesa:

Da minha parte, havendo essa unanimidade de posições, a única questão que coloco à Senhora Presidente da Câmara é saber se existem alguns documentos que tenham de ser apreciados ou deliberados por estarem sujeitos a prazos, nomeadamente para envio ao Tribunal de Contas.

Por isso, perguntava à Senhora Presidente se se poderia pronunciar relativamente a essa questão.

Senhora Presidente da Câmara:

Obrigada, Senhor Presidente.

É isso mesmo. As contas consolidadas têm de ser enviadas até 30 de junho.

O Senhor Presidente da Mesa:

O dia 30 de junho é terça-feira.

Diga.

O Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

É assim, se calhar poderíamos encontrar aqui um meio-termo. Se esse ponto é imperativo e tem de ser aprovado, para além de concluirmos o período de antes da ordem do dia, que ainda estamos a tratar, abordaríamos também esse ponto da ordem de trabalhos e os restantes ficariam para uma segunda sessão.

Assim, resolvíamos a questão dos prazos e da legalidade relativa a esse ponto.

O Senhor Presidente da Mesa:

Peço apenas uns breves minutos.

Se ninguém se opuser, entramos depois no período da ordem do dia. Discutimos o ponto relativo às Contas Consolidadas de 2025 e os restantes pontos ficam para serem discutidos posteriormente, durante a próxima semana, cumprindo os prazos da convocatória.

Todos de acordo?

Podemos proceder da seguinte forma, se todos concordarem: encerramos agora o período de antes da ordem do dia, com a intervenção que falta e, naturalmente, com a resposta da Senhora Presidente.

Depois, já no período da ordem do dia, discutimos o ponto n.º 2, relativo às Contas Consolidadas, e a continuação da Assembleia poderia realizar-se no dia 30 terça-feira.

O Sr. Bernardo Meneses do CH:

Temos aqui uma Assembleia de Freguesia no dia 30.

Senhora Presidente da Mesa:

Então, não sendo possível nem no dia 29 nem no dia 30, a sessão terá de continuar hoje. Porquê? Porque esta é uma Assembleia ordinária.

Segundo a informação que obtive junto dos serviços, não pode transitar para julho, uma vez que esse já é outro mês.

Foi essa a informação que os serviços também me transmitiram. Sendo uma Assembleia ordinária correspondente ao mês de junho, apenas poderia continuar nos dias 29 ou 30, porque na quarta-feira já é julho.

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:

Pode ser no dia 30, da nossa parte, pode ser.

Naturalmente, terá de haver substituições dos membros da Assembleia e representação da Junta, mas, por nós, pode ser no dia 30.

O Sr. Presidente da Mesa:

Só um segundo... sim, diga, Luís.

Pronto, então pode ficar assim. Continuamos no dia 30. Para já, encerramos o ponto n.º 2, relativo às Contas Consolidadas, e os restantes pontos passam para o dia 30.

Compreendo que seja outra sessão, mas, nesse caso, terá de haver substituições. O que não é possível é continuarmos esta sessão num mês que já não corresponde ao da realização da Assembleia ordinária.

Foi essa a informação transmitida pelos serviços. Ou continuamos hoje ou continuamos até ao dia 30; não podemos fazer as duas coisas.

As Contas Consolidadas seriam discutidas ainda hoje. Os restantes pontos seriam discutidos no dia 30.

Pode ficar então para o dia 30.

O Sr. Bernardo Meneses do CH:

O dia 30 seria onde? Aqui?

O Sr. Presidente da Mesa:

Ou noutro espaço?

Teria de ser a continuação da Assembleia.

O Sr. Bernardo Meneses do CH:

A Assembleia de Freguesia está precisamente marcada para este espaço.

O Sr. Presidente da Mesa:

A que horas está marcada?

O Sr. Bernardo Meneses do CH:

Às 21h00. Adaptamo-nos. Não é por aí.

O Sr. André Mamede do CH:

Como já não haverá participação do público, existe algum problema em a continuação não ser descentralizada e realizar-se em Palmela?

O Sr. Presidente da Mesa:

Sim. Foi também essa a informação transmitida pelos serviços: isso pode acontecer.

Mais alguma questão?

O Sr. Bernardo Meneses do CH:

Só uma nota. A Sandra é Presidente da Assembleia de Freguesia. Talvez fosse interessante ouvi-la.

O Sr. Presidente da Mesa:

Compreendo, mas encontra-se aqui na qualidade de público e, nessa condição, não pode intervir.

Assim, sugeria continuarmos desta forma: no dia 30, às 20h30, em Palmela, por questões logísticas, tendo em conta que neste espaço se realizará a Assembleia de Freguesia de Poceirão e Marateca.

Retomaríamos, então, a discussão dos pontos números 1, 3, 4 e 5 da ordem do dia.

Se todos concordarem...

O Sr. Jorge Mares do PS:

Permita-me. E se antecipássemos a hora? Em vez de iniciarmos às 20h30, começássemos às 18h00 ou às 18h30. Penso que, em uma hora e meia ou, no máximo, duas horas, conseguiríamos concluir os trabalhos. É apenas a minha opinião. Nesse dia também tenho Assembleia de Freguesia e assim conseguiria participar em ambas.

O Sr. Presidente da Mesa:

Da minha parte, se todos concordarem, iniciamos a continuação às 18h00.

CDU.

O Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

Senhor Presidente, compreendemos a boa intenção de começar mais cedo. No entanto, tenho elementos da bancada que não conseguem chegar tão cedo, porque saem do trabalho às 19h00 ou chegam ao concelho mais tarde.

Assim, será provavelmente mais fácil as Assembleias de Freguesia adaptarem-se do que estarmos agora a entrar em substituições, porque não vamos sair daqui.

O Sr. Presidente da Mesa:

Esta decisão tem de ser tomada coletivamente.

O Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

Lembro ainda outro pormenor: na terça-feira, dia 30, seja às 20h30 ou a outra hora, convém confirmar se a Biblioteca estará disponível.

O Sr. Presidente da Mesa:

Sim Sra. Presidente.

A Sra. Presidente da Câmara:

Senhor Presidente, estou, aliás, a receber mensagens sobre outras consequências deste adiamento, nomeadamente relativamente ao Conselho Municipal de Educação, que já está marcado e cujos membros têm de ser aqui designados.

Julgo que o tema mais exigente da ordem de trabalhos de hoje será, eventualmente, o Regimento. No entanto...

O Sr. Presidente da Mesa:

Não esse documento foi previamente elaborado e discutido por todas as forças políticas.

A Sra. Presidente da Câmara:

Honestamente penso que já teríamos tido tempo para discutir mais um ponto da ordem de trabalhos.

Com um ligeiro sacrifício de todos e com o compromisso, naturalmente, caberá ao Senhor Presidente assumir se assim entender gerir de outra forma os tempos numa próxima reunião, nomeadamente no período de antes da ordem do dia, considero que valeria a pena esse esforço. Em meia hora não vejo grande razão para não discutirmos os pontos que estão em causa. É essa a minha opinião.

O Sr. Presidente da Mesa:

Relativamente aos tempos, é precisamente por isso que o novo Regimento já prevê essa matéria.

Pergunto ao plenário como pretende proceder.

O Sr. Ricardo Oliveira da CDU:

Senhor Presidente, tendo em consideração todos estes condicionalismos, talvez devêssemos fazer um esforço conjunto e prolongar os trabalhos por mais uma hora, sensivelmente, dando por encerrada hoje a sessão da Assembleia Municipal e tratando de todos os pontos da ordem de trabalhos.

O Sr. Presidente da Mesa:

Peço, por favor, um pouco de silêncio para conseguirmos ouvir todos.

PSD/PSD.CDS-PP.

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:

Senhor Presidente, a lei prevê esta situação. Trata-se de uma situação legalmente prevista e que é aplicada de forma sistemática por várias Assembleias Municipais em todo o país, através da continuação dos trabalhos.

Esta é uma questão de respeito pelos eleitos, de respeito pelo tempo de todos e pelo descanso das pessoas, mas também pela própria condução dos trabalhos. Caso contrário, acabaremos por estar a correr e a querer aprovar os assuntos à pressa.

Assim, entendemos que, se a lei prevê esta possibilidade, ela deve ser respeitada e aplicada. Percebemos que exista aqui uma questão de natureza formal e que, da próxima vez, talvez seja necessário prever um início mais cedo ou, com a entrada em vigor do novo Regimento, criar mecanismos para que os trabalhos decorram de outra forma.

Contudo, não vemos razão para que, por este motivo, não se cumpra a lei e para que a sessão não possa, por deliberação dos membros da Assembleia Municipal, que são soberanos nessa decisão, ser adiada e posteriormente retomada.

O Sr. Presidente da Mesa:

E registo, e registo.

Partido Socialista.

O Sr. João Vieira do PS:

Senhor Presidente, apenas algumas breves palavras, até porque já estamos a discutir o prolongamento de uma sessão há cerca de 20 minutos, tempo esse em que já deveríamos ter continuado os trabalhos e, se calhar, até já teríamos terminado este ponto.

A questão aqui prende-se, permita-me esta consideração, com a chegada dos membros da Assembleia Municipal a horas, para que os trabalhos possam efetivamente começar à hora prevista, que é às 20h30. Como sempre, e também hoje, começámos com bastante atraso.

Queria também solicitar aos membros desta Assembleia Municipal que utilizem menos o período de antes da ordem do dia para intervenções que acabam por ser utilizadas como espaço de debate político, quando alguns assuntos já foram abordados, são do conhecimento de todos e já estão encaminhados junto das entidades competentes. Estamos aqui a ocupar esse tempo e, depois, acabamos por votar contra o prolongamento desta Assembleia Municipal, que tem pontos importantes que precisam de ser votados ainda este mês, como todos sabem, por questões de legalidade.

Senhor Presidente, eu colocaria simplesmente a questão à votação. Quem pode, pode; quem não pode, não pode. É a democracia a funcionar.

Concordo com o Carlos: isto está previsto no Regimento. Tenho, no entanto, muitas dúvidas relativamente a essa consideração, porque uma Assembleia Municipal iniciada no dia 30 e que se prolongue para o dia 1 de julho acaba por decorrer em julho. Não sei se essa continuação não poderia, afinal, ocorrer no mês de julho, tendo em conta que existem condicionantes, nomeadamente a necessidade de votar representantes e outras questões importantes.

Senhor Presidente, era apenas isto, disse.

O Sr. André Mamede do CH:

Só um apontamento. Quando há pouco decidimos terça-feira, às 20h30, estávamos todos de acordo. Só a partir do momento em que foi levantada a questão das 18h30, para ser mais cedo e permitir conciliar agendas, é que surgiu o desacordo.

Relembro que, se for às 18h00 ou às 18h30 em Poceirão, haverá na mesma deslocação. A maioria de nós é de Palmela e terá de fazer uma viagem de cerca de meia hora em hora de trânsito; quem vem de Lisboa também irá apanhar trânsito.

Queria propor e lembrar que, quando falámos em terça-feira, a proposta era concluir o período de antes da ordem do dia, tratar as Contas Consolidadas e continuar na terça-feira às 20h30, e nessa altura a maioria estava de acordo.

Queria propor se podemos votar nesse sentido.

O Sr. Presidente da Mesa:

A proposta que foi aqui apresentada é votar a continuação desta Assembleia neste momento ou a passagem para outro dia? É que isto está a tornar-se extremamente confuso.

Vamos proceder à votação da continuação desta sessão.

O resultado dessa votação determinará a decisão, correto?

O Sr. André Mamede do CH:

Peço desculpa, mas isto é importante porque vai influenciar a votação. Nós votaremos favoravelmente a continuação até ao ponto um, nomeadamente até às Contas Consolidadas. Se a votação for para uma continuação indefinida, até às duas ou três da manhã, aí votaremos contra é a opinião dos meus adversários políticos também.

A Sra. Presidente da Câmara:

Senhor Presidente, eu sei que não cabe ao Presidente da Câmara intervir nesta fase, mas insisto.

Estamos há 20, agora 25 minutos, a discutir este tema, da minha parte, não tenho mais nada a acrescentar relativamente às propostas responderei naturalmente às questões que os Senhores membros da Assembleia colocarem é o meu compromisso.

Nesta altura do ano, adiar uma Assembleia é muito penalizador. Eu sei que a lei prevê esta possibilidade, tal como também prevê a possibilidade de as pessoas continuarem até às quatro da manhã, como acontece em algumas Assembleias. Cada um de nós tem de ponderar isso no contexto da sua participação.

Depois de ouvir os vários contributos, temos uma consequência concreta: teremos de adiar o Conselho Municipal de Educação se a decisão sobre a eleição dos seus representantes não for tomada hoje.

Da minha parte, não tenho nada a acrescentar ao tema nem à proposta. Se os Senhores entenderem que a Assembleia pode durar mais uma hora, então assim será. Da minha parte, a apresentação das propostas demorará cerca de 15 minutos.

Agora compete ao plenário decidir: ou continuamos esta reunião e concluímos os trabalhos, ou encontramos uma data alternativa com estas condicionantes.

O Sr. Álvaro Rebelo do PS:

Senhor Presidente, se me permite, penso que devemos continuar. Se passarmos de imediato à ordem do dia, formos sucintos e breves, conseguimos dar seguimento aos pontos.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito bem. Vamos então proceder à votação da continuação dos trabalhos. Democraticamente, cada força política votará da forma que entender.

Vamos proceder à votação da continuação dos presentes trabalhos.

A intervenção pode ser feita de seguida.

A Sra. Yolanda Silva do PPD/PSD.CDS-PP:

Peço desculpa, mas penso que a Assembleia é soberana.

Foi dito aqui que todas as bancadas concordavam em adiar a sessão e agora, porque a Senhora Presidente alterou a sua posição, as restantes bancadas alteraram também a posição. Não faz sentido nenhum.

O Sr. Presidente da Mesa:

Em democracia, as forças políticas têm as posições que entenderem e isso tem de ser respeitado.

A Sra. Yolanda Silva do PPD/PSD.CDS-PP:

A Assembleia é soberana.

O Sr. Presidente da Mesa:

Exatamente. É por isso que a decisão é tomada em plenário e não por mim, de forma unilateral.

Vamos então votar a continuação da presente sessão.

A continuação da sessão foi votada por maioria com dezassete votos a favor (dez do PS e sete da CDU) com catorze votos contra (dez do CH e quatro do PPD/PSD.CDS-PP)

Assim sendo, a presente sessão continua neste momento.

Relembro o seguinte: a sessão vai continuar.

Segundo ponto: aquilo que está atualmente previsto no Regimento é que todos os membros permaneçam até ao final da presente sessão. É isso que consta do Regimento.

Relembro também que o novo Regimento, que será naturalmente apresentado, prevê novos tempos e novas grelhas para permitir um melhor funcionamento da Assembleia.

Agora devolvo a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Poceirão e Marateca para finalizar a sua intervenção.

O Sr. Álvaro Rebelo do PS:

Se me permite, a nossa proposta e aquilo que foi votado foi dar já seguimento à ordem do dia.

O Sr. Presidente da Mesa:

Vamos continuar.

Portanto, Senhor Presidente, tem a palavra.

O Sr. Bernardo Meneses do CH:

Muito bem, continuando aqui com esta militante do Partido Comunista que andou a passar atestados de residência me para 34 casas, 1424, temos aqui vários, só para terminar, a cinco casas aqui no Poceirão, com uma casa com 167, uma com 121, outra com 160.

Portanto, tivemos aqui uma série de casos graves e que me leva aqui a uma coisa que eu queria saber, que é o elefante na sala. E o elefante na sala foi que desde que a minha lista ganhou aqui as eleições no passado dia 13 de outubro.

E a senhora que estava aqui, militante do PCP, desculpem lá, saiu da junta de freguesia e pediu mobilidade para a Câmara Municipal de Palmela e ao pedir mobilidade, ou seja, ao dia de hoje está a trabalhar na Câmara Municipal de Palmela e a minha pergunta para a Senhor Presidente de Câmara é a seguinte: Mantém esta senhora a trabalhar na Câmara Municipal de Palmela, sabendo que ao dia de hoje andou a emitir atestados de residência e que para o Ministério Público pode gerar auxílio à imigração ilegal?

Esta é a questão que eu tenho aqui para colocar.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Dou então agora a palavra à Senhora Presidente da Câmara para responder às perguntas que lhe foram dirigidas relativamente a este segundo ponto.

A Sra. Presidente da Câmara:

Obrigada, Senhor Presidente.

O meu contributo para esta reunião será, enfim, não voltar, apesar de tudo, aos temas que aqui foram colocados.

Objetivamente, relativamente à pergunta do Senhor Presidente da Junta: as caldeiras estão em reparação, nomeadamente as caldeiras das escolas, e estarão a funcionar no início do próximo ano letivo.

Relativamente a outra questão, que penso ter sido colocada pelo membro da bancada PSD/CDS, sobre a estratégia económica, o novo PDM prevê novos locais para instalação de atividades económicas, quer em Marateca, quer em Poceirão.

Não vou detalhar neste momento, mas podemos abordar essa questão com mais tempo. O que importa referir é que o novo PDM aumenta a possibilidade de as nossas freguesias rurais terem mais atividades económicas e, consequentemente, mais postos de trabalho.

Depois, relativamente à questão objetiva sobre o lixo, já respondi. A Junta de Freguesia também está a sentir algumas dificuldades na recolha de monos, aliás, como o Senhor Presidente acabou de afirmar. Todos sabemos que lixo contribui para lixo. Sim, é verdade.

Em relação à última questão, que me parece a mais relevante, sobre a Senhora a que o Senhor Presidente da Junta se referiu: a Senhora em causa era a Presidente da Junta à data, até à tomada de posse do atual executivo.

Não conheço qualquer irregularidade no processo a que o Senhor Presidente da Junta alude. No momento em que tiver conhecimento de alguma situação nesse sentido, naturalmente, analisarei o assunto.

Até lá, a Dra. Cecília é um quadro da Administração Pública. Era quadro desta Junta de Freguesia. Eu compreendo, particularmente, que depois de não ter ganho as eleições possa não se sentir confortável, tal como provavelmente o Senhor Presidente também não se sentiria confortável tendo como funcionária a anterior Presidente da Junta.

Assim, pareceu-me ser uma decisão de bom senso. A Câmara Municipal continua a necessitar de quadros em diversas áreas e, neste momento, a Dra. Cecília está a trabalhar no Departamento de Recursos Humanos.

Obrigada, Senhor Presidente.

Período da Ordem do Dia

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Passando então ao período da ordem do dia.

Ponto um: Informação da Senhora Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Sra. Presidente da Câmara:

Senhor Presidente, para corresponder àquilo que acabei de referir, dispense a leitura.

Os Senhores membros da Assembleia têm os documentos distribuídos e estou disponível para responder às vossas perguntas.

PONTO 1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Os meses de primavera, a que se refere o presente documento, proporcionaram múltiplas oportunidades para regressar aos grandes eventos de rua, que congregaram milhares de munícipes e visitantes em diversos pontos do Concelho de Palmela. Este foi, por excelência, um período de celebração da identidade, dos valores

e dos produtos locais, com especial relevo para as comemorações do 25 de Abril e dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa. Organizadas diretamente pela Câmara ou pelo movimento associativo, com apoio financeiro, técnico e/ou logístico municipal, estas iniciativas exigiram de toda a estrutura uma enorme capacidade de resposta.

O reforço das equipas municipais, em especial, em áreas operacionais, continua a ser uma necessidade premente, sendo de sublinhar a integração, nos dois meses em análise, de 17 trabalhadoras/es. O projeto para o público interno "Mexa-se Bem no Trabalho" conta, desde maio, com aulas semanais de Pilates acompanhadas por fisioterapeuta, e a Autarquia iniciou, também, neste período, a "Missão Possível", para promoção da saúde mental e bem-estar no trabalho. No campo da prevenção, arrancou a campanha "Pinta o teu mês de bem-estar", com rastreios de tensão arterial e glicemia, e um desafio para a redução do açúcar.

A conclusão de uma importante fase da empreitada de reabilitação do edifício dos Paços do Concelho permitiu, já, rearrumar alguns espaços e serviços, destacando-se a abertura ao público do renovado Balcão de Atendimento de Palmela, com melhores condições de trabalho e de acolhimento de utentes. A Loja do Cidadão Móvel, que, em 2025, apresentou novidades no circuito, nas funcionalidades e na própria viatura, continua a assegurar um serviço de proximidade, particularmente importante nas freguesias rurais, que registaram 168 atendimentos, num total de 244 em todo o Concelho.

No campo da participação cidadã, entre 4 e 8 de maio, a Câmara Municipal dinamizou a Semana de Freguesia de Pinhal Novo, com um programa muito intenso, marcado pelo contacto próximo com a população, comerciantes e empresas locais, a reflexão com a Junta de Freguesia sobre questões relacionadas com a conservação e fruição do espaço público, entre outros temas, e a consolidação de Val'Flores como centralidade do lado sul da vila. A reunião com o Movimento Associativo foi fortemente participada e confirmou a necessidade de reforçar este Fórum, com encontros regulares e novos canais de comunicação.

A preparação da época de incêndios rurais tem ocorrido em diversas frentes, desde a limpeza de terrenos municipais (ou particulares, de forma coerciva) e caminhos públicos à notificação de proprietários/os, passando pela disseminação de informação de segurança. No início de maio, reuniu a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais e, ao longo do mês, o Serviço Municipal de Proteção Civil realizou sessões públicas em todas as freguesias, para sensibilização sobre a limpeza obrigatória de terrenos e alternativas à queima de sobrantes, e organizou mais um simulacro do programa "Aldeia Segura - Pessoas Seguras", com as populações de Vale dos Barris e Vale de Alcube. Ao assinalar o Dia Municipal do Bombeiro, numa parceria entre a Câmara e as três Associações de Bombeiros do Concelho, a comunidade reconheceu o papel insubstituível dos "Soldados da Paz". Do programa, sublinham-se os seis simulacros de sismo realizados em jardins de infância e escolas básicas e o exercício de atuação conjunta, em Pinhal Novo.

A 25 de maio, numa grande festa com a comunidade educativa, a inauguração do pavilhão desportivo, que resultou da obra de requalificação do antigo espaço, concluiu o conjunto de investimentos realizados na Escola Básica e Secundária José Saramago (Poceirão), no âmbito da Operação Integrada Local (OIL) Poceirão-Marateca, reforçando as oportunidades das crianças e jovens que frequentam esta escola. Também integrada na OIL, a Autarquia concluiu a requalificação do jardim de infância "A Cegonha", do Centro Social de Palmela, em Poceirão. Sublinha-se, ainda, neste período, o avanço de vários projetos de requalificação de edifícios escolares, tendo-se concluído o projeto relativo à requalificação da cozinha da EB de Palmela 2. Como habitualmente, as Festas de Encerramento do Fantasiarte, projeto de educação pela arte, foram um momento alto de partilha do trabalho desenvolvido pelas escolas, ao longo do ano letivo. Na sua 32.ª edição, participaram 2.178 crianças e alunas/os de todos os níveis de ensino. Merece, ainda, relevo, a conclusão da Carta Educativa de Palmela para o horizonte 2035, após aprovação por esta Assembleia Municipal.

Estão concluídas as obras de requalificação das Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados de Poceirão e de Águas de Moura, no quadro da OIL, e realizaram-se múltiplas intervenções de reparação nos diversos equipamentos de saúde do Concelho. Entretanto, a Câmara Municipal lançou procedimento para uma nova obra de beneficiação na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Pinhal Novo, que vai incidir, em particular, no exterior do edifício.

Na área do saneamento, está terminada a empreitada de ampliação da rede de esgotos domésticos do Bairro Palmelão, em Cajados, e procurando um consumo de água mais sustentável, concluiu-se o estudo para a promoção da economia circular junto das adegas e agroindústrias, em articulação com a ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida. Ambas as ações decorreram no âmbito da OIL. No que respeita à rede viária municipal, concluíram-se as empreitadas de pavimentação da Rua dos Marinheiros (Brejos do Assa) e

de um troço da Rua 1.º de Janeiro (Pinhal Novo), e de requalificação do espaço público na Avenida da Liberdade (Águas de Moura – OIL). A infraestruturização do Bairro José Maria dos Santos (Pinhal Novo), zona central da vila, teve início e incide no reforço da acessibilidade, melhoria das condições de circulação pedonal e rodoviária, e renovação das redes de abastecimento de água e drenagem de águas pluviais e domésticas.

A implementação do projeto “RecolhaBio Palmela” continua a apresentar resultados muito positivos e a adesão de mais utilizadoras/es. A recolha com a nova viatura elétrica, iniciada a 12 de abril para o circuito porta-a-porta Aires/Padre Nabeto, permitiu, até ao final de maio, desviar 2.660 quilos de biorresíduos do aterro.

Palmela acolheu, a 25 de maio, a sessão “Arrábida Zero Emissões”, promovida pela ENA, para apresentar a metodologia de elaboração dos Planos Locais Sustentáveis de Aquecimento e Arrefecimento, com conclusão prevista para maio de 2027. Destaca-se, também, a adjudicação do *Master Plan* e projeto de execução para o Parque Urbano de Pinhal Novo e Ecoparque. Para assinalar o Dia Mundial da Energia, foram dinamizadas atividades sobre energias renováveis com as escolas do Concelho.

A inauguração, a 2 de abril, da exposição “50 anos de Democracia: Constituição e Poder Local Democrático”, abriu o programa comemorativo “Obrigado Abril”. A mostra ficará patente até 31 de março de 2027 e já está a inspirar várias atividades culturais e educativas, para todos os públicos. O 21.º curso sobre Ordens Militares, “A Dinastia de Avis e as Ordens Militares”, e o lançamento, durante a iniciativa, das atas do IX Encontro Internacional sobre Ordens Militares, deram continuidade ao trabalho de investigação dinamizado em Palmela sobre este tema. Entretanto, iniciaram-se as empreitadas para proteção dos baluartes do Castelo e reparação da sua iluminação cenográfica.

Realizaram-se, neste período, duas sessões do Concurso Local de Leitura, em parceria com o Grupo de Bibliotecas Escolares, e está a decorrer até 30 de junho o VII Concurso Literário de Palmela, “O chão que nos une”. A Rede Municipal de Bibliotecas Públicas continuou a acolher múltiplas iniciativas, entre o lançamento de livros, “Horas do Conto” para as famílias e conversas sobre temas atuais, que reforçam o seu papel central na comunidade, enquanto espaços democratizados de cidadania e cultura.

O 52.º aniversário do 25 de Abril de 1974 foi celebrado através de um vasto programa, promovido pela Câmara com Juntas de Freguesia, movimento associativo e comunidade educativa, onde a festa e a cultura aconteceram a par de ações de reflexão, memória e homenagem a resistentes antifascistas. O Dia Mundial da Dança, a Queima do Judas no Centro Histórico de Palmela e as Festas de S. Gonçalo são alguns dos eventos comunitários que marcaram estes meses, de intensa atividade. A 15 de abril, a Câmara deliberou a atribuição de apoios financeiros, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, ao movimento associativo cultural, desportivo e juvenil do Concelho, num investimento global superior a 240 mil euros.

Cerca de 400 pessoas participaram na 10.ª Festa do Desporto e da Saúde, em Pinhal Novo, numa manhã preenchida com dezenas de iniciativas ligadas à promoção da atividade física e de estilos de vida saudáveis, promovidas pela Câmara e pela Palmela Desporto E.M., em parceria com as Juntas de Freguesia, movimento associativo desportivo e outras entidades. No quadro da OIL, a Câmara concluiu a requalificação das instalações desportivas do Clube Desportivo e Recreativo Águas de Moura.

Com forte apoio municipal, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó alterou o seu modelo, colocando em evidência a produção vinícola da região, o que resultou numa das edições de maior sucesso do certame, e o Mercado Caramelo expandiu a sua atividade, com novas ofertas e recriações históricas, num importante contributo para a valorização dos sabores locais e da cultura caramela. Os Fins de Semana Gastronómicos dedicados ao Queijo de Ovelha e à Sopa Caramela, e o ateliê gastronómico dedicado ao Coelho à Moda de Palmela, com harmonização vínica, na Mostra de Vinhos, deram continuidade ao programa anual do projeto “Palmela, Experiências com Sabor”. Na sequência do protocolo celebrado com a AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, a Câmara divulgou o Gabinete AHRESP, já em funcionamento, junto dos agentes económicos. Este novo espaço de atendimento no Concelho permite o esclarecimento de dúvidas, acompanhamento técnico e acesso a informação especializada, constituindo-se como uma importante ferramenta de apoio para a gestão e desenvolvimento de negócios no setor.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito bem.

Pergunto se algum dos membros pretende usar da palavra.

Registo uma intervenção da bancada PPD/PSD.CDS-PP, tem a palavra Carlos Vitorino.

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:

Eu tinha aqui algumas questões que têm a ver com, por exemplo, a preparação da época de incêndios rurais.

Gostaria de lembrar a situação da estrada do cemitério, à saída da localidade de Palmela, desde as traseiras da igreja e praticamente em todo o percurso. As ervas encontram-se em toda a zona das bermas e em toda aquela envolvente.

Penso que é uma questão de segurança e de interesse público a resolução desta situação.

Também constatei que não está referido qualquer ponto de situação relativamente ao Parque Venâncio Ribeiro da Costa. Nós colocámos esta questão na última Assembleia.

Entretanto, foram, de facto, limpos os caminhos e retiradas as árvores que estavam nos acessos, mas toda a envolvente do parque continua na mesma, com todo o trabalho ainda por fazer.

Gostaria, portanto, de saber qual é o ponto de situação relativamente a esta matéria.

Tenho também uma questão relacionada com a atividade municipal, que já vem de trás, e que diz respeito à Associação Inovar Autismo.

A Associação Inovar Autismo estava sediada na Rua Escola dos Arraiados, num espaço onde metade da escola é utilizada, salvo erro, como uma casa de emergência.

Entretanto, durante uma intervenção de um equipamento da Câmara Municipal, houve um embate num pilar, causando risco de derrocada.

Esta situação já foi abordada numa Assembleia Municipal do mandato anterior, há algum tempo, tendo sido referido que a Câmara iria repor a situação existente à data.

A verdade é que nada foi feito, entretanto e, recentemente, a Associação voltou a questionar esta situação.

Era apenas isto que queria colocar.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

CDU.

A Sra. Cristina Moura da CDU:

Boa noite, cumprimentos a todos, na sua pessoa.

Tendo em conta que, há pouco, também não consegui intervir, vou agora ser muito sucinto e colocar apenas dois pontos.

Por um lado, a questão do destroçador que existe aqui no Poceirão, cujo objetivo inicial seria a utilização de um destroçador volante pelas diferentes freguesias.

Falamos de focos florestais, de resíduos, de caldeiras, de aquecimento e de biomassa.

Já abordei esta questão em Assembleias anteriores e gostaria de saber em que ponto está a situação, nomeadamente se este destroçador já pode começar a ser efetivamente utilizado e se está, de facto, a ser utilizado.

Por último, tendo em conta as alterações climáticas, que têm sido bastante gravosas, com temperaturas cada vez mais elevadas, gostaria de deixar uma recomendação relativamente às pragas florestais e agrícolas e a toda a prevenção que deve ser feita através da utilização de feromonas, nomeadamente no combate à processionária e à traça-da-uva.

Muito obrigado, disse.

O Sr. Presidente da mesa:

Não registrando mais nenhum pedido de intervenção, dou a palavra à Senhora Presidente.

A Sra. Presidente da Câmara:

Obrigada, Senhor Presidente.

Relativamente ao Parque Venâncio Ribeiro da Costa, começou ontem, penso eu ou anteontem a empreitada. É um prazo longo, portanto, naturalmente, ainda não está tudo resolvido.

Está previsto que a intervenção tenha uma duração de 90 dias úteis, pelo que não é expectável que, neste momento, já se veja uma alteração significativa.

Relativamente ao corte das ervas na estrada do cemitério, era, por acaso, um dos temas que tinha previsto abordar diretamente com a Junta de Freguesia, porque existe aqui alguma necessidade de clarificação.

De acordo com o auto e com o contrato, neste caso o contrato Interadministrativos, essa competência é da Junta de Freguesia. O que me é transmitido é que a Câmara Municipal, através da divisão de intervenção na rede viária e no espaço público, tem vindo a apoiar essa intervenção.

Portanto, temos de clarificar esta questão: saber se a responsabilidade é de quem presta apoio ou de quem tem a competência definida no protocolo.

Mas sim, a questão tem fundamento. Ainda hoje passei nessa zona e pensei exatamente o mesmo: as ervas estão a bater nos carros neste momento.

Amanhã conversarei com o Senhor Presidente da Junta para tentarmos clarificar melhor esta situação e, de uma forma ou de outra, resolvermos o problema. Naturalmente, é uma situação que está nas nossas preocupações.

Relativamente à Associação Inovar Autismo, não tenho como confirmar a questão de que um veículo da Câmara Municipal tenha embatido no edifício da escola, mas penso que essa não é a questão mais importante. A questão principal é a consequência desse facto.

De acordo com o diagnóstico dos serviços, a intervenção necessária deverá ser uma intervenção estrutural no edifício e não apenas uma pequena reparação. Estamos perante um orçamento bastante elevado para recuperar aquele espaço para o uso que atualmente tem.

Por isso, aquilo que temos procurado fazer, em articulação com a Inovar Autismo, é identificar um outro espaço onde possam vir a instalar-se, sem assumirmos, neste momento, um compromisso com uma intervenção de fundo naquela escola de Arraiados.

Não estou a dizer que essa intervenção não possa vir a ser feita; é uma questão que terá de ser melhor avaliada.

Relativamente às questões colocadas pela Senhora membro da Assembleia da CDU, sobre as pragas, não tenho conhecimento técnico suficiente para responder em detalhe. Talvez possamos deixar essa questão para uma próxima reunião.

Sei, no entanto, que estamos numa fase de desbaratização e de realização de várias intervenções precisamente para eliminar pragas. Fazemo-lo, naturalmente, utilizando produtos certificados e homologados para esse efeito, e não materiais ou produtos que não estejam devidamente autorizados.

Em relação à questão do destróador, já referimos que este equipamento está fixo em Poceirão. De facto, não é fácil deslocar este equipamento.

Aproveito também para informar que temos uma proposta para instalar aqui uma zona própria, naturalmente dependente de financiamento que ainda teremos de procurar obter, mas que estamos a trabalhar em articulação com o Ministério do Ambiente.

A ideia é instalar, aqui na freguesia, mais concretamente em Poceirão, um local para deposição e tratamento dos resíduos verdes, permitindo reduzir substancialmente a quantidade de resíduos que atualmente segue para aterro.

Por outro lado, estamos também a realizar uma recolha mais dirigida que, nos últimos tempos, já permitiu reduzir de forma significativa a quantidade de resíduos encaminhados para aterro.

É um investimento, mas é um investimento significativo. Queremos não apenas otimizar o equipamento existente, que é relativamente limitado, mas criar uma solução com outra dimensão e que possa servir todo o concelho.

De resto, era isto, Senhor Presidente.

O Sr. Presidente da mesa:

Muito obrigado.

Este ponto não é sujeito a votação. Portanto, passamos ao ponto número dois: Contas Consolidadas 2025.

Senhora Presidente, tem a palavra.

PONTO 2 – Contas Consolidadas 2025

Proposta:

Nos termos da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, prevê-se no art.º 75.º, a obrigatoriedade de os municípios que controlem, de forma direta ou indireta, outras entidades, elaborarem contas consolidadas, de acordo com os procedimentos contabilísticos para a consolidação, definidos na norma de contabilidade pública 22 (NCP 22) constante do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, considerando-se que “uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa mesma entidade”.

A consolidação de contas tem como intuito obter uma visão global da situação financeira do grupo municipal de Palmela, composto pela entidade mãe – Município de Palmela – e pelo conjunto das entidades controladas pela entidade mãe – Palmela Desporto.

Assim, propõe-se que, nos termos do n.º 2 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a aprovação do documento de contas consolidadas do grupo municipal, relativo ao ano económico de 2025, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal.

A Sra. Presidente da Câmara:

Mantenho aquilo que disse.

Estou à disposição dos Senhores membros da Assembleia para qualquer questão que exista relativamente a este tema.

O Sr. Presidente da Mesa:

Alguma questão? Partido Chega.

O Sr. Jorge Faria do CH:

Boa noite, mais uma vez.

Considerando que as contas em apreciação se referem ao exercício de 2025 e resultam da execução de um orçamento que não foi elaborado nem acompanhado pelo atual Executivo, entendemos que não seria adequado assumir uma posição de aprovação ou reprovação relativamente a uma gestão na qual não tivemos qualquer intervenção.

Nesse sentido, e por respeito aos princípios da responsabilidade política e da transparência, vamos optar pela abstenção.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Partido Socialista.

O Sr. Álvaro Rebelo do PS:

Boa noite mais uma vez serei muito breve.

Cumpre-me dizer por se tratar de um ato de puramente técnico procedimental e não de uma avaliação ou validação de políticas ou de opções de gestão que lhe deram a origem, entendemos que o caminho responsável é viabilizar o documento.

Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Não registrando mais nenhum pedido, passamos então à votação em minuta.

Aprovado, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU) e quatro abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

Sr. Presidente da Mesa:

O ponto número três: Procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de segundo grau designação dos elementos que irão integrar o respetivo júri.

Senhora Presidente.

PONTO 3 – Procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia do 2º grau- designação de elementos a integrar o respetivo júri

Proposta:

Considerando que:

1. Se torna necessário dotar a unidade orgânica – Divisão de Planeamento, Urbanização e Reconversão (DPUR) -, de titular do cargo de direção intermédia do 2.º grau, em regime de comissão de serviço,

mediante aprovação em procedimento concursal, por forma a garantir o normal funcionamento dos serviços municipais;

2. Em sede de procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes de direção intermédia, nos municípios, determina o artigo 13.º, nºs 1, 2 e 3, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que os elementos a integrarem o júri sejam designados por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, sendo a/o presidente e vogais designadas/os de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, devendo, ainda, as/os vogais exercerem ou terem exercido atividade preferencialmente na área de recursos humanos ou na administração local autárquica.

Atento o exposto, propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterado pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 01 de novembro e 50-A/2013, de 11 de novembro, delibere propor à Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, no âmbito do procedimento concursal para provimento do cargo de direção da Divisão de Planeamento, Urbanização e Reconversão, aprove a designação dos seguintes elementos a integrar o júri indicado:

- Presidente do júri: Vasco Raminhas da Silva, Diretor do Departamento de Administração Urbanística, em regime de substituição;
- 1.ª vogal efetiva: Marta Isabel Borralho da Costa, Diretora do Departamento de Urbanismo e Mobilidade, em regime de substituição, da Câmara Municipal do Seixal;
- 2.ª vogal efetiva: Joana Isabel de Castro Vicente Ferreira Monteiro, Chefe da Divisão de Recursos Humanos;
- 1.ª vogal suplente: Rita Maria Marques Crespo, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, Edificação e Reabilitação Urbana;
- 2.º vogal efetivo: Pedro Miguel Heleno Balejo, Chefe da Divisão de Habitação;

Realça-se que os elementos propostos para integrarem os júris, em referência, reúnem as condições exigidas naquele preceito legal, evidenciando mérito no desempenho das respetivas funções, sendo-lhes reconhecida credibilidade e integridade pessoal, bem como uma vasta experiência na área de recursos humanos e na administração local, tendo em conta que desempenham funções dirigentes e têm vindo a integrar júris de procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes e de outro pessoal, anexando-se, para melhor perceção, nota curricular relativa a dirigente oriunda de outro município.

A Sra. Presidente da Câmara:

Aguardo as questões dos senhores membros da Assembleia.

O Sr. Presidente da Mesa:

Pergunto se alguma das bancadas pretende utilizar a palavra relativamente a este ponto.

Então, passamos também à votação em minuta.

Aprovado, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU) e quatro abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

O Sr. Presidente da Mesa:

Ponto número quatro: Nomeação do Conselho Municipal de Educação de Palmela, para o quadriénio 2025-2029.

Senhora Presidente, se quisesse, se calhar, apenas explicar em que consiste e, depois, deixar à consideração e intervenção das bancadas.

PONTO 4 – Nomeação do Conselho Municipal de Educação de Palmela - quadriénio 2025-2029

Proposta:

Decorrente do atual mandato autárquico 2025-2029 e, em conformidade com o disposto no artigo 58.º do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 janeiro, há que nomear os representantes que constituem o Conselho Municipal de Educação de Palmela, para o quadriénio 2025-2029.

O Conselho Municipal de Educação é, de acordo com artigo 55º do referido Decreto-Lei, uma instância de consulta, que tem por objetivo a nível municipal, analisar e acompanhar o funcionamento do sistema educativo propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.

Esta instância é composta por vários membros, alguns dos quais por inerência do cargo que desempenham, outros que, por força da lei, indicaram os respetivos representantes.

Assim, dando cumprimento ao disposto no artigo 57.º, do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, obteve-se a seguinte composição do Conselho Municipal de Educação de Palmela, para o quadriénio 2025-2029:

- Presidente da Câmara Municipal – Ana Teresa Vicente;
- Presidente da Assembleia Municipal – José Pedro Leitão;
- Vereadora responsável pela Educação – Fernanda Pésinho;
- Presidente da Junta de Freguesia, eleito pela assembleia municipal em representação das freguesias do concelho – João Miguel Estróia Vieira;
- Representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo - Margarida Mano (efetivo) e Pedro Florêncio (suplente);
- Diretora do Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos – Maria Graça Pena;
- Diretor do Agrupamento de Escolas José Saramago – Faisal Aboobakar;

- Diretor do Agrupamento de Escolas de Palmela – Manuel Barbeitos ou quem o vier a substituir;
- Diretora da Escola Secundária de Palmela – Isabel Ramada;
- Diretor da Escola Secundária de Pinhal Novo – Carlos Vilas;
- Representante do pessoal docente do ensino secundário público – Pérola Maria de Sousa Guerreiro;
- Representante do pessoal docente do ensino básico público: Guilherme Almeida Franco (efetivo) e Jorge Nuno Almeida da Silva (suplente);
- Representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública: Ana Cristina da Silva Silveira (efetivo) e Ana Mafalda Simões Sanheiro (suplente);
- Representante do conselho pedagógico do Agrupamento José Maria dos Santos: Carlos Saraiva (efetivo) e Maria da Graça Bailador (suplente);
- Representante do conselho pedagógico do Agrupamento José Saramago: Eulália da Luz Fernandes Alves (efetivo) e Judite Isabel Pires Mendes (suplente);
- Representante do conselho pedagógico do Agrupamento de Escolas de Palmela: Maria do Carmo Teodoro;
- Representante do conselho pedagógico da Escola Secundária de Palmela: Helena Maria Capela;
- Representante do conselho pedagógico da Escola Secundária de Pinhal Novo: Elisabete Borges Isidoro;
- Representante dos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário privado: Alexandra Dóris (efetivo) e João Carlos Costa (suplente);
- Representantes das associações de pais e encarregados da educação: Pedro Paulino (efetivo), Ana Filipa dos Santos Baptista (efetivo), Célia Maria do Vale Mendão (suplente) e Mafalda Lírio Baptista de Matos (suplente);
- Representante das associações de estudantes – Maria Inês Cardoso Machado (efetiva) e Aloe Gomes Carcedo (suplente);
- Representante das instituições particulares de solidariedade social: Fábio Bourscheid;
- Representante dos serviços públicos de saúde: João Manuel Vilhena Diegues;
- Representante dos serviços da segurança social: Elisa Maria Branco Luís (efetivo) e Rui Alberto Camacho Carvalho Coelho (suplente);
- Representante dos serviços de emprego e formação profissional: Luísa Oliveira (efetivo) e Joel Cruz (suplente);
- Representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto: Sandra Monteiro (efetivo) e Rosário Nunes (suplente);

- Representante das forças de segurança: Sargento-ajudante Tânia Cristina Pereira Morgado (efetivo) e Cabo Susana Cristina Rato Chagas Bravo (suplente);
- Representante do Conselho Municipal de Juventude, Carina Anselmo (efetivo) e Clara Fernandes (suplente).

Face ao exposto propõe-se, ao abrigo do artigo 58º, do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 janeiro, que a Câmara Municipal de Palmela delibere submeter à Assembleia Municipal a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação para o quadriénio de 2025-2029.

A Sra. Presidente acrescenta os seguintes esclarecimentos:

Obrigada, Senhor Presidente.

A proposta é clara, trata-se da nomeação do Conselho Municipal de Educação, com todos os membros designados pelas várias instituições que dele fazem parte.

Havia aqui uma última deliberação, realizada no âmbito do Conselho Municipal de Juventude, que foi a última entidade a indicar os seus representantes.

Nesse sentido, a proposta encontra-se completa, está já agendada a reunião deste Conselho para o próximo dia 17.

Obrigada, Senhor Presidente.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Alguma questão ou algum pedido de intervenção?

Não se registando nenhuma intervenção, passamos então à votação da minuta deste ponto número quatro.

Aprovado, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU) e quatro abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

O Sr. Presidente da Mesa:

Último ponto da ordem de trabalhos, ponto número cinco: Regimento da Assembleia Municipal de Palmela para o mandato 2025/2029.

PONTO 5 – Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Palmela – Mandato 2025-2029

Proposta:

Dispõe o Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que compete à Assembleia Municipal, no âmbito das competências de funcionamento, elaborar e aprovar o seu Regimento.

Tendo em consideração que o Regimento em vigor data do ano de 2022, foi entendimento dos Líderes de Bancada que o mesmo fosse revisto e atualizado, de forma a colmatar algumas lacunas identificadas, permitindo uma melhor organização interna das sessões, assim como da sua descentralização pelas freguesias do nosso concelho.

Resultado das diversas reuniões de trabalho, com a presente proposta, pretende-se ver assegurado um melhor funcionamento deste órgão e, consequentemente, defender melhor os interesses dos nossos concidadãos, em prol de uma democracia mais interventiva, atenta, próxima e participada, cumprindo a legislação aplicável, a Constituição da República Portuguesa e o princípio da legalidade.

Face ao exposto, propõe-se, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 26.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Palmela – Mandato de 2025-2029, documento que se anexa, passando a constituir parte integrante da presente proposta.

O Sr. Presidente da Mesa:

Este é um ponto que me cabe apresentar.

O Regimento da Assembleia Municipal de Palmela é um documento normativo interno que define as regras de organização, funcionamento e processo de tomada de decisão do órgão deliberativo do município.

É um documento essencial para garantir a transparência, a legalidade democrática e a eficácia da fiscalização da atividade do Executivo Municipal. A sua concretização resulta de um trabalho de análise aprofundada e de envolvimento das diversas forças políticas representadas nesta Assembleia, em particular dos líderes de bancada e dos secretários da Assembleia Municipal.

Importa também destacar o papel dos serviços da Câmara Municipal, nomeadamente da área de apoio aos órgãos municipais. Permitam-me deixar uma palavra de reconhecimento pelo trabalho incansável do Dr. Pedro, bem como do Gabinete Jurídico e da Encarregada de Proteção de Dados. Este foi, efetivamente, um documento construído com o contributo de múltiplos serviços, departamentos e pessoas, que, através dos seus conhecimentos e experiências, contribuíram para o seu enriquecimento.

Peço apenas que mantenhamos algum silêncio, porque é muito difícil proceder à leitura nestas condições. Sei que todos estamos cansados e próprio amanhã também trabalho, mas todos assumimos responsabilidades políticas. Fomos todos eleitos, tal como eu, e quando assumimos este compromisso sabemos as responsabilidades que ele implica.

As alterações introduzidas relativamente ao regimento anterior resultam essencialmente da necessidade de colmatar lacunas identificadas, clarificar procedimentos e melhorar a organização interna das sessões.

Gostaria de destacar três aspetos principais.

Em primeiro lugar, a introdução de uma grelha de tempos para os vários períodos da sessão, incluindo o período antes da ordem do dia e a ordem do dia, permitindo uma melhor gestão dos trabalhos.

A definição dos tempos aplicáveis ao período da ordem do dia será efetuada em função da complexidade das matérias a deliberar, após audição da Conferência de Líderes. Ou seja, para cada ponto da ordem do dia será previamente definida uma grelha de tempos.

Será também adquirido um software de gestão de tempos, cuja utilização será previamente apresentada e simulada antes da próxima Assembleia Municipal, para que todos possam compreender o seu funcionamento.

Em segundo lugar, a inscrição antecipada do público para intervenção.

A participação do público poderá ser efetuada até ao dia anterior à sessão, através do e-mail da Assembleia Municipal ou presencialmente nos balcões de atendimento da Câmara Municipal.

Esta alteração pretende facilitar a resposta do Executivo às questões colocadas pelos munícipes, uma vez que, muitas vezes, quando os temas não são previamente comunicados, torna-se difícil garantir uma resposta imediata e devidamente fundamentada no próprio dia da sessão.

Naturalmente, continuará a existir possibilidade de inscrição no próprio dia, entre as 19h00 e as 19h30, considerando os horários dos serviços da Assembleia, mas privilegiamos a inscrição antecipada, preferencialmente por e-mail.

Esta organização permitirá também aplicar a grelha de tempos de forma atempada, nomeadamente em função do número de intervenções previstas.

Em terceiro lugar, a organização das comissões de trabalho.

No regimento anterior, estas comissões não tinham uma periodicidade definida, funcionando sem uma calendarização previsível. Agora são estabelecidas regras claras relativamente à sua realização, quer em sessões ordinárias quer extraordinárias.

O objetivo é garantir que as comissões de trabalho funcionem efetivamente, aproveitando todas as suas potencialidades nas diferentes áreas e temas que acompanham.

Com este documento, hoje submetido à discussão e votação desta Assembleia Municipal, tenho a convicção de que damos um importante impulso ao melhor funcionamento deste órgão.

É necessário melhorar a gestão dos trabalhos, evitando situações em que documentos extensos, como algumas moções, poderiam ser mais objetivos e concisos, ou em que intervenções se prolongam significativamente para além do previsto.

Com a implementação da grelha de tempos e do novo software, todos teremos de gerir melhor o tempo disponível. Esse tempo foi distribuído em função da representatividade democrática de cada força política, cabendo a cada bancada gerir a sua intervenção dentro desse limite.

Quando o tempo atribuído terminar, deverá terminar também a intervenção, sob pena de prolongarmos excessivamente as sessões, dificultando a participação e afastando os cidadãos do acompanhamento dos trabalhos desta Assembleia.

Considero que esta é uma evolução qualitativa necessária e que exigiu coragem para ser implementada.

Quero, contudo, deixar claro que este não é um documento do Presidente da Assembleia Municipal. É um documento construído por todas as forças políticas que aceitaram trabalhar conjuntamente, identificando necessidades e encontrando soluções.

Muito bem. Feita esta introdução, pergunto se algum dos membros pretende usar da palavra ou se podemos proceder à votação do Regimento.

PPD/PSD.CDS-PP.

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:

Senhor Presidente,

Como é óbvio, quando é para ficar, ficamos até ao fim e discutimos todos os assuntos até ao seu termo. Essa é a nossa forma de estar e a nossa génese.

Relativamente a esta proposta, entendemos que estamos perante um documento que introduz alterações bastante significativas face ao regimento anterior. Na nossa perspetiva, algumas dessas alterações terão agora de ser sujeitas à prática e à experiência. Se se revelarem positivas, tanto melhor; se, pelo contrário, evidenciarem dificuldades, deverão ser objeto de reavaliação e eventual alteração.

Refiro-me, em particular, à questão da gestão dos tempos e da intervenção do público.

Hoje verificámos que os cidadãos chegaram à Assembleia, inscreveram-se e puderam intervir dentro dos tempos definidos. Com esta alteração corremos o risco de passar de um modelo muito flexível para um modelo demasiado restritivo. É um risco que teremos de acompanhar e avaliar.

Muitas pessoas estão habituadas a deslocar-se à Assembleia Municipal, inscreverem-se no próprio dia e colocarem diretamente as suas questões. A exigência de uma inscrição prévia, por e-mail ou através de meios digitais, poderá constituir uma dificuldade para alguns cidadãos, pelo que considero que devemos acompanhar cuidadosamente a aplicação desta medida.

Naturalmente, todos concordámos com o documento, mas este é um dos aspetos relativamente ao qual tenho maiores reservas e que considero dever ser monitorizado.

Recordo, por exemplo, que defendi que a Assembleia Municipal de dezembro, dedicada à discussão do Orçamento, deveria realizar-se sempre na Biblioteca Municipal. Contudo, foi decidido manter a realização das sessões nas diferentes freguesias, o que também valorizo. Ainda assim, quando exigimos uma inscrição prévia por e-mail ou até às 19h30 do próprio dia, poderão surgir algumas dificuldades práticas que importa acompanhar.

Por isso, a minha posição é simples: vamos aplicar estas regras, vamos avaliá-las e, se necessário, proceder aos ajustamentos que a experiência demonstrar serem adequados.

O Sr. Presidente da Mesa:

O período de intervenção do público não é uma solução inventada por este Regimento; resulta da própria lei. O mesmo sucede com o período antes da ordem do dia, cujos tempos também estão legalmente definidos.

Já no período da ordem do dia existe margem para organização, razão pela qual foi criada uma grelha de tempos adaptada à complexidade das matérias em apreciação.

Relativamente à inscrição prévia dos cidadãos, a minha preocupação é sobretudo garantir que obtenham respostas úteis e atempadas.

Se eu estivesse no lugar de um munícipe, preferiria enviar previamente a minha questão e ter a expectativa de obter uma resposta fundamentada na própria sessão, em vez de colocar uma pergunta sem preparação e ter de aguardar semanas ou meses por uma resposta.

Foi essa a lógica subjacente a esta solução.

Ainda assim, os cidadãos continuam a poder optar entre enviar previamente a sua questão por e-mail ou inscrever-se no próprio dia, dentro do período definido pelos serviços da Assembleia Municipal.

Quanto à grelha de tempos, importa referir que esta não constitui uma inovação. Existem já inúmeras Assembleias Municipais que utilizam este modelo, precisamente para assegurar uma melhor gestão dos trabalhos.

O objetivo é evitar que as sessões se prolonguem excessivamente, chegando frequentemente à meia-noite ou para além desse horário, situação que acaba por prejudicar o normal funcionamento da Assembleia e a participação dos seus membros.

Cada grupo municipal passará a gerir o tempo que lhe é atribuído em função da sua representatividade democrática, assumindo igualmente a responsabilidade pela forma como o utiliza.

Se defendemos o cumprimento das regras e da lei, também devemos dotar a Assembleia de mecanismos de organização que assegurem um funcionamento equilibrado, eficiente e previsível.

Este novo Regimento procura precisamente alcançar esse equilíbrio.

Acresce que houve igualmente a preocupação de concentrar num único documento interno diversas normas que anteriormente se encontravam dispersas por vários diplomas legais.

Nem todos os membros da Assembleia têm formação jurídica, nem lhes pode ser exigido que conheçam toda a legislação aplicável ou que saibam localizar cada artigo. Assim, este Regimento pretende também facilitar a consulta e a compreensão das regras por parte de todos os membros da Assembleia.

Esse foi um dos principais objetivos deste trabalho.

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:

Senhor Presidente,

Apenas para esclarecer que foi exatamente isso que procurei transmitir.

Devemos acompanhar a aplicação destas novas regras, identificar eventuais dificuldades e, se necessário, introduzir as adaptações que a experiência vier a justificar.

É verdade que existem tempos definidos, mas também é verdade que hoje os cidadãos puderam intervir, expor livremente as suas preocupações e participar nos trabalhos da Assembleia.

É precisamente esse equilíbrio entre organização e participação que devemos procurar preservar.

Aliás, também nas reuniões da Câmara Municipal existe um regime semelhante relativamente à intervenção do público.

O Sr. Presidente da Mesa:

Sim, é precisamente isso, nem oito, nem oitenta.

Naturalmente, todos queremos ouvir os cidadãos e valorizar a sua participação. No entanto, também existem tempos definidos na lei por uma razão, e importa respeitá-los.

Isso não significa, obviamente, uma aplicação rígida ou inflexível das regras. Se uma intervenção se prolongar ligeiramente, haverá sempre lugar ao bom senso. O objetivo não é interromper imediatamente quem está a usar da palavra, mas assegurar um equilíbrio entre o direito de participação e o bom funcionamento dos trabalhos.

Esse princípio de bom senso está igualmente refletido neste novo Regimento.

Não havendo mais questões, proponho que procedamos à votação da minuta.

Passamos, então, à votação do ponto n.º 5, relativo ao Regimento da Assembleia Municipal de Palmela para o mandato 2025-2029.

Aprovado, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU) e quatro abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

O Sr. Presidente da Mesa:

Desejo uma boa noite a todos e até à próxima.

Não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte e seis, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Diamantino de Sousa Pereira**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi."

Palmela, aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis.

O Presidente

João Pedro Marçal Fialho Perdigão Leitão
O Primeiro Secretário

Diamantino de Sousa Pereira